



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS SÃO BERNARDO  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

MARIELLE COSTA SANTOS

**TEORIA DA HISTÓRIA COLLINGWOODIANA:  
A IDEIA DE *RE-ENACTMENT***

SÃO BERNARDO

2022

MARIELLE COSTA SANTOS

**TEORIA DA HISTÓRIA COLLINGWOODIANA:  
A IDEIA DE *RE-ENACTMENT***

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito final para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Humanas.

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup>. Alina Silva Sousa de Miranda

SÃO BERNARDO

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Marielle Costa.

TEORIA DA HISTÓRIA COLLINGWOODIANA : A IDEIA DE RE-ENACTMENT / Marielle Costa Santos. - 2022.

54 p.

Orientador(a): Alina Silva Sousa de Miranda.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo-Ma, 2022.

1. Filosofia. 2. Pensamento. 3. Re-enactment. 4. Teoria da História. I. Miranda, Alina Silva Sousa de. II. Título.

MARIELLE COSTA SANTOS

**TEORIA DA HISTÓRIA COLLINGWOODIANA:  
A IDEIA DE *RE-ENACTMENT***

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito final para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Humanas.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Alina Silva Sousa de Miranda

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Alina Silva Sousa de Miranda (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Wandelson Silva de Miranda (1º examinador)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Tedson Mayckell Braga Teixeira (2º examinador)  
Universidade Federal do Maranhão

*Às minhas mães,  
Maria do Amparo e Delzuite.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente e de forma especial, agradeço a Deus, criador e fim último da minha existência, por ter me concedido determinação ao realizar esse trabalho, por isso e várias outras razões sou grata. “Bendize, minha alma, ao Senhor, e todo meu ser, ao seu santo nome!” (Sl 103, 1).

Sempre serei grata as mulheres mais importantes da minha vida: minha mãe, Maria do Amparo Santos e minha mãe-avó, Delzuite Santos. Apesar de todas as dificuldades da vida sempre me apoiaram, com toda humildade me ensinaram a ser uma pessoa decente, a respeitar e buscar alcançar meus objetivos de forma honesta. São elas o maior motivo dos meus esforços, de nunca ter desistido da formação superior.

Aos meus amigos que muito me apoiaram nesse percurso: Deiliane Vanessa, Poliana Cruz, Leticia Braga, (nosso quarteto vai ser sempre a minha melhor recordação da Ufma. Uma amizade que não começou dentro do curso, mas que criou raízes profundas nesse período. Não consigo imaginar como teria sido essa graduação sem a presença reconfortante delas.) Daiane Costa, Aldeane Gomes, (minhas duas amigas de longa data que sempre me apoiaram, apesar da distância nunca deixamos de torcer uma pelas outras, e isso é muito significativo para mim) Arnaldo Rodrigues, Daniel Silva, Carolina Costa, Francisca Maria, Luciano Brandão, (pessoas maravilhosas que me incentivaram e contribuíram muito na graduação e na fase de escrita de TCC) e ao meu diretor espiritual, Dom Lourenço Fleichman, pelos conselhos valiosíssimos.

Não poderia deixar de agradecer também a minha estimada orientadora, prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alina Miranda por toda ajuda e paciência que teve comigo ao longo da escrita, sendo sempre compreensiva e atenciosa. Suas palavras de incentivo me deram um grande ânimo. Grata por ter instigado a minha curiosidade acerca do campo da Teoria da História, inclusive, sou grata ao grupo de estudos ‘Histor: cultura e epistemologia’ que desde o primeiro período da graduação foi de grande importância para que eu escolhesse essa temática, me aprofundando para elaboração do meu projeto de pesquisa nessa área do conhecimento.

E por fim agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu conseguisse atingir meu objetivo e chegar até aqui.

## RESUMO

O presente trabalho busca apresentar, de dentro do cenário intelectual inglês, a teoria de Robin George Collingwood, fazendo um pequeno apanhado das discussões de seu tempo, como sua defesa contra o uso de leis gerais no âmbito da História e o impulso que o levou a formular seu ponto de vista historiográfico. Para ele a História não é simplesmente uma disciplina como qualquer outra que enfrenta seus problemas particulares, é na verdade, uma nova forma de refletir a filosofia. O objetivo central é abordar o conceito de *re-enactment*, que é o ponto crucial da teoria de Collingwood, como também sua caracterização como método científico para investigação histórica. Pretendemos também dissertar acerca dos pontos que estruturam suas ideias, como a lógica de pergunta e resposta e as pressuposições absolutas. E todos esses métodos são usados da mesma maneira: pelo pensamento humano.

**Palavras-chave:** Teoria da História, Filosofia, Pensamento, *Re-enactment*.

## ABSTRACT

The present work seeks to present, from English historiography, the theory of Robin George Collingwood, making a small overview of the discussions of his time, as his defense against the use of general laws in the context of History and the impulse that led him to formulate his historiographic point of view. For the author, History is not simply a discipline like any other that faces its particular problems, it is actually a new way of reflecting philosophy. The central objective is to address the concept of *re-enactment*, which is the crux of Collingwood's theory, as well as its characterization as a scientific method for historical investigation. We also intend to talk about the points that structure his ideas, such as the question and answer logic and the absolute assumptions. And all these methods are used in the same way: by human thought.

**Keywords:** Theory of History, Philosophy, Thought, Re-enactment.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE ROBIN GEORGE COLLINGWOOD...</b>	<b>13</b>
1.1 O movimento filosófico idealista versus o pensamento positivista no séc. XIX ....	15
1.2 A relação entre Filosofia e História na teoria Collingwoodiana.....	19
1.3 Defesa contra a aplicação de leis gerais no âmbito da História.....	24
<b>2 A RECONSTITUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA PASSADA .....</b>	<b>28</b>
2.1 <i>Re-enactment</i> : conceito e características .....	29
2.2 Noção de pensamento mediado .....	37
<b>3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM COLLINGWOOD</b>	<b>40</b>
3.1 A lógica de pergunta e resposta .....	41
3.2 Os pressupostos absolutos .....	44
3.3 As evidências e o pensamento crítico .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

Robin George Collingwood, nascido na Inglaterra<sup>1</sup>, adquiriu durante sua vida algumas ocupações que contribuíram muito para sua teoria, dentre elas as mais importantes: foi arqueólogo<sup>2</sup>, historiador e filósofo. Sua perspectiva promove uma reflexão dos problemas epistemológicos provocados pela História<sup>3</sup> e é notável em seus escritos que busca uma aproximação com a filosofia, pois, a seu ver, a filosofia é a solução para o ceticismo em História. “Como a história, a filosofia é essencialmente a afirmação de uma realidade concreta, a negação de toda abstração, toda generalização, tudo que tenha aspecto de lei ou fórmula” (COLLINGWOOD, 2020, p. 188).

Mediante um tempo que recomenda e estimula os diálogos interdisciplinares, esta pesquisa propõe uma aproximação entre a história e a filosofia. Nosso autor vê a história não como uma simples disciplina, que enfrenta seus problemas particulares, para ele, ela é uma forma de refletir a filosofia. Portanto, é importante ressaltar que seu primeiro impulso ao formular a doutrina de *re-enactment*<sup>4</sup> é filosófico.

No presente trabalho é pretendido abordar o conceito de *re-enactment*, que é o ponto crucial da teoria de Collingwood, como também sua caracterização como método científico para investigação histórica. Será feito um pequeno apanhado dos pontos que estruturam suas ideias, como a lógica de pergunta e resposta<sup>5</sup> e as pressuposições absolutas<sup>6</sup>. Todos esses métodos são usados da mesma maneira: pelo pensamento humano.

No primeiro capítulo trataremos da formação intelectual de Collingwood, discorrendo sobre suas obras e principais influências, logo em seguida mostraremos as discursões históricas de seu tempo, principalmente acerca da filosofia idealista do século XIX. Dentro desse cenário, daremos destaque para o pensamento de Robin George Collingwood. Apesar da falta de tradução, a dificuldade de acesso às obras, daremos

---

<sup>1</sup> Nasceu em 1889, em Cartmel. Antes de ingressar na *University College* de Oxford, frequentou a *Rubgy School*. Permaneceu em Oxford por 15 anos até se tornar professor de filosofia metafísica. Faleceu em Coniston em 1943.

<sup>2</sup> Conduziu as escavações na Britânia romana entre 1911 e 1934

<sup>3</sup> Um dos grandes problemas é sobre a origem do conhecimento, relativo aos possíveis processos para que se possa adquiri-lo, nesse caso o conhecimento do passado.

<sup>4</sup> O conceito desse termo deve ser entendido como um procedimento reconstutivo.

<sup>5</sup> No capítulo V, *Question and Answer* da obra de Collingwood, *An Autobiography*, (Oxford University Press, 1939, p. 29-43) ao refletir sobre seu trabalho no ramo da arqueologia notou a importância da “atividade de questionamento no conhecimento”.

<sup>6</sup> Segundo Collingwood as pressuposições absolutas são o objetivo último da análise feita a partir da investigação, usando da lógica de perguntas e respostas.

ênfase no estudo da quinta parte (Epilegómenos) do seu livro *A Ideia de História*, obra que está traduzida por Alberto Freire, e também de textos de alguns comentadores: Gustavo Pereira, Cristiano Arrais e Rosa Belvedresi. Utilizamos da tradução e interpretação que eles fizeram para suas pesquisas. Ainda que reconheçamos as limitações dessa abordagem, procuramos eventualmente cotejar com o original sempre que possível.

No subcapítulo 1.2 destacaremos a relação história e filosofia, cujo diálogo Collingwood sempre promoveu. No seguinte trataremos das críticas que ele faz aos métodos dos positivistas, que consideram a história com o mesmo padrão das ciências naturais, e seu objetivo era encontrar leis gerais válidas para a humanidade como um todo, de forma que fosse possível explicar a vida humana ao longo do tempo, e segundo eles, estariam protegendo a História do ceticismo. Acerca disso, nosso autor comenta sobre a ascensão do positivismo na historiografia e crítica seus métodos.

No segundo capítulo abordaremos o conceito de reconstrução histórica para Collingwood, pontuando seu conceito e características, que é o ponto central de nossa pesquisa. Almejamos então fazer compreensível a teoria de Collingwood de que é possível o historiador reconstruir o passado em sua própria mente. E no próximo ponto explanaremos exatamente sobre a noção de pensamento mediado, onde ele afirma que o pensamento é o que assegura a consciência e relevância para o conceito de reconstrução, posto isso ele assegura que o pensamento não perde sua essência por ocorrer mais de uma vez ao decorrer do tempo.

No último capítulo buscaremos apontar a teoria de Collingwood como método pertinente a investigação histórica, analisando sua lógica de perguntas e respostas que tem origem em sua experiência nas escavações que demandam de uma investigação cautelosa, que inicia com os vestígios físicos do passado. Então é esse método que possibilita ao trabalho do historiador um caráter dinâmico e investigativo, em outras palavras, é através desse inquérito que são abertas oportunidades para novas questões sobre os eventos históricos.

Sobre as pressuposições absolutas, último ponto que estrutura sua teoria acerca da reconstrução do passado, se trata de fundamentos para as questões, ou seja, tem relação direta com sua lógica de perguntas e respostas. Collingwood buscou resgatar a importância da metafísica enquanto problema filosófico buscando aproxima-la da história, e além disso ele reformula essa disciplina<sup>7</sup>. Tendo em vista que seu argumento

---

<sup>7</sup>. Acerca disso, Pereira comenta: “Falar sobre essa ciência com sensatez significa necessariamente retomar o pensamento de Aristóteles. Contudo a retomada proposta por Collingwood resulta em seu projeto de

não era, digamos que suficientemente coerente, foi alvo de muitas críticas, entretanto, não nos cabe adentrar nessa questão, somente comentar, já que as críticas fazem parte desse ofício.

Por fim, no subcapítulo 3.3 dissertaremos sobre as evidências e o pensamento crítico, onde Collingwood fala sobre a importância das provas históricas. O historiador tem de usar da interpretação crítica daquilo que se tem de evidências, e ao falar sobre a interpretação crítica deixa claro que existe um limite do conhecimento histórico, onde a história pode apenas nos dar esse passado de poucas fontes. Nesse caso “imaginar” é o único termo para “apreender” um objeto que é inexistente, e o ofício historiográfico busca obter a verdade e evitar o erro.

Enfim, como podemos constatar nesta breve introdução, nossa proposta é a de reconhecer, primeiramente, o terreno em que as ideias de Collingwood surgiram, depois tentaremos identificar seus argumentos. Não significa, portanto, que iremos apresentar um estudo interpretativo integral das concepções deste intelectual, pois seu trabalho não se restringiu somente a teoria da história, tendo em vista suas contribuições a arqueologia e a arte. Em suma, a presente pesquisa abordará a teoria de Collingwood e sua contribuição para o ofício do historiador. Levando em consideração sua representação para os estudos humanísticos, especialmente na tradição intelectual inglesa.

---

reforma para a disciplina. Uma reformulação, na verdade, tanto em seus métodos quanto em seus objetivos cognitivos.” (PEREIRA, 2011, p. 103).

## 1 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE ROBIN GEORGE COLLINGWOOD

Collingwood teve ensino domiciliar até os treze anos de idade e ingressou na escola preparatória *Rugby School* em 1902 e em 1908 entrou na *University College*<sup>8</sup>, em Oxford. No ano seguinte a sua aprovação, Collingwood traduziu e publicou o livro de Benedetto Croce *The Philosophy of Giambattista Vico*, e depois ele ainda traduziu outras obras de Croce. Suas mais importantes influências, além de Vico, Croce e Kant estão inclusas e expressas em seus escritos, as de Bradley, Whitehead, William Morris, Alexander, Rickert, Windelband e Dilthey. Pode-se destacar com mais ênfase dentre esses mencionados a influência de dois filósofos: Croce e Dilthey.

Collingwood amparado em Benedetto Croce<sup>9</sup>, acredita na centralidade do elemento espiritual para entender os fenômenos humanos. Croce acredita que no cerne da historiografia ou da inteligência historiográfica está a ideia, portanto os fatos são encarnações de ideias, de pensamentos. Por outro lado, Collingwood inspirado por esse ideário diz que os fatos históricos sem esse elemento animador, o espírito, são “ossadas nuas”.

O historiador procura dominar a história de um pensamento em que não pode penetrar pessoalmente, acontecerá que, em vez de escrever a sua história, se limitará a repetir os relatos que registram os factos externos da sua evolução: nomes e datas, e descrições já feitas. É muito possível que sejam úteis tais repetições; não, porém, por serem história. São ossadas nuas que poderão um dia vir a ser história, quando alguém for capaz de as revestir da carne e do sangue de um pensamento que simultaneamente lhes pertença e a esse alguém. Isto é somente um modo de dizer que o pensamento do historiador deve irromper da unidade orgânica da sua experiência total e ser uma função de toda a sua personalidade, com os seus interesses tanto práticos como teóricos. (GARDINER, 2008, p. 309)

Dessa forma, os fatos históricos somente se vivificam quando são considerados manifestações do espírito, ou seja, da ideia. Noutros termos, para que seja mais claro, Collingwood diz que tematizar assuntos que o historiador não tem aproximação intelectual é como produzir algo incompleto, portanto, não é um trabalho histórico.

Com relação a Dilthey<sup>10</sup>, Collingwood toma dele a separação entre o mundo natural e o mundo biológico, mundo da cultura humana e o mundo das coisas. Ele se

---

<sup>8</sup> Collingwood foi eleito membro do *Pembroke College* enquanto ainda estava fazendo seus exames finais em 1912.

<sup>9</sup> Benedetto Croce, nasceu em Pescasseroli, Itália em 1866. Foi historiador, escritor, filósofo e político. Os seus escritos giram em torno de um largo espectro temático, sobretudo estética e teoria/filosofia da história. É considerado uma das personalidades mais importantes do liberalismo italiano no século XX.

<sup>10</sup> Wilhelm Dilthey, nasceu em Biebrich-Mosbach na Alemanha em 1833. Foi um filósofo historicista que deixou importante contribuição para a metodologia das Ciências Humanas. É considerado o criador do

inspira também em seu método histórico como sendo uma intelecção interior. Numa tentativa de elucidar algo que não se oferece exteriormente, existe um ato, mas a ideia está subjacente, então a partir do exterior se tenta chegar ao interior.

Através das influências de filósofos<sup>11</sup> associados à tradição neokantiana, os quais tentaram atualizar Kant fazendo uma reflexão sobre a natureza do método próprio das ciências do espírito, estabelecendo a famosa dicotomia entre ciências do espírito e ciências da natureza, nosso autor então é classificado como idealista<sup>12</sup>. O idealismo é uma doutrina filosófica que pressupõe centralidade da ideia ou do espírito. Segundo um dicionário de filosofia: “O termo "idealismo" engloba, na história da filosofia, diferentes correntes de pensamento que têm em comum a interpretação da realidade do mundo exterior ou material em termos do mundo interior, subjetivo ou espiritual” (JAPIASSÚ, 2008, p. 98).

Inicialmente seus interesses foram voltados a teologia e filosofia da religião, fruto disso foi seu primeiro livro *Religion and philosophy* publicado em 1916. Uma outra área que esteve muito interessado, fascínio herdado de seu pai, e que começou a se envolver em 1913, foi nos trabalhos arqueológicos práticos, chegando a passar verões inteiros conduzindo escavações em sítios romanos no norte da Inglaterra. Apesar do jovem Collingwood algumas vezes relatar sua arqueologia como apenas um divertimento, ele veio a se tornar uma grande influência na história e arqueologia da Grã-Bretanha romana, onde realizou grandes escavações, e ao passo que ia percorrendo o país gravava e transcrevia inscrições romanas sistematicamente.

Após sua primeira obra já mencionada acima, *Religion and Philosophy*, Collingwood escreveu *Speculum Mentis* em 1924, considerada a dialética do que ele chamava de “revisão crítica das formas essenciais da experiência humana” (COLLINGWOOD 2020, p.40), onde ele disserta acerca da arte, religião, ciência, filosofia e história. Nesse mesmo período ele lecionou sobre história romana, ética, filosofia da história e estética, baseado em suas palestras, sua obra *Outlines of a*

---

historicismo. Contestou a ampla influência que as doutrinas positivistas possuíam sobre as ciências humanas, especificamente as sociais, as históricas e as do psiquismo.

<sup>11</sup> Posso mencionar aqui: Windelband e Rickert

<sup>12</sup> Acerca dessa denominação: “Schaff (1974), por exemplo, considera Collingwood um presentista, cuja influência marcante está em Benedetto Croce e por sua vez, Hegel. Essa mesma influência é percebida, entre outros, por Jenkins (2007) e H. I. Marrou (1975, p. 20) que via em Bradley uma das mais importantes influências desse "espírito curioso, um pouco extravagante", e que lhe produzia profunda admiração. David Carr (1991) também o considera um idealista com influências de certo individualismo histórico. Já Aron (1996) considera o autor um dos primeiros representantes do historicismo alemão e, mais especificamente, da tradição hermenêutica, no mundo anglo-saxão.” (ARRAIS, 2010, p. 311)

*Philosophy of Art* foi publicada em 1925. Depois dessas vieram: *An Essay on Philosophical Method* (1933), *The Principles of Art* (1938), *An autobiography* (1939), *An Essay on Metaphysics* (1940) e *The New Leviathan* (1942). Sobre a obra *The New Leviathan*, cito Arrais:

[...] sua contribuição para o esforço de guerra inglês, escrito no período em que trabalhava para o Serviço de inteligência do Exército Britânico. Essa obra dava continuidade as críticas que Collingwood, desde meados da década de 1930, fazia publicamente a ideologia fascista, concretizada pelo regime nazista alemão. Como já havia adiantado no último capítulo de sua autobiografia, em *The New Leviathan*, o autor considera o fascismo como uma espécie de triunfo do irracionalismo e da barbárie e uma revolta contra os princípios da civilização. (ARRAIS, 2010, p. 310)

No decorrer das décadas 1920 e 1930 Collingwood esteve bastante empenhado no trabalho histórico e arqueológico, publicando várias obras importantes como: *The Archaeology of Roman Britain* (1930), *Oxford History of England* (1935), *Roman Britain and the English Settlements* (1936), entre outras contribuições e colaborações (ARRAIS, 2010, p. 309).

A partir da década de 1930 sua saúde começou a se debilitar e por causa do excesso de trabalho sua condição só se agravava com vários problemas que lhe incapacitavam de trabalhar<sup>13</sup>, mas, mesmo assim, consciente de que tinha pouco tempo, dissertou em sua autobiografia sua determinação em registrar um relato do trabalho que ainda esperava fazer. Algumas de suas obras foram escritas nesse período de debilidade. Faleceu em 1943 com 54 anos, deixando manuscritos sobre vários temas como: ética, metafísica, epistemologia, política e crítica literária.

Depois de sua morte seus escritos foram preparados para serem publicados pela editora de Oxford. Suas obras póstumas são: *The Idea of Nature* (1945), *The Idea of History* (1946) *Essays in Political Philosophy* (1989), *The Principles of History* (1999), e *The Philosophy of Enchantment* (2005).

## 1.1 O movimento filosófico idealista versus o pensamento positivista no séc. XIX

---

<sup>13</sup> Para mais informações sugiro a leitura do artigo de D'Oro, Giuseppina e James Connelly, *Robin George Collingwood, The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição de inverno de 2020).

Antes de adentrarmos na questão principal deste tópico, é importante esclarecer a expressão “teoria da história” utilizada aqui, evitando assim uma falta de compreensão nesta abordagem. Alguns podem enxergar a teoria da história como sendo a epistemologia da história, outros como uma ferramenta que ajuda o historiador a construir e explicar seu objeto de análise, e ambas definições não estão erradas, visto que normalmente esse termo é utilizado para denotar aspectos diferentes do ofício do historiador, acarretando divergências argumentativas.<sup>14</sup> Entretanto, ao que se refere a nossa pesquisa, a teoria de Collingwood está fundamentada na História como reconstrução do pensamento passado, tendo a filosofia como principal aliada.

Ao passo que se estuda sobre uma determinada teoria da história entende-se que ela está relacionada a mecanismos de elaboração e legitimidade de um conhecimento histórico, portanto, ela permite que o historiador explique um determinado objeto de pesquisa. Em sua segunda significação, a teoria<sup>15</sup> é um instrumento que o historiador utiliza para a realização de seu ofício e a produção de conhecimento histórico é a consequência.

É através de teorias que correspondem a um âmbito que inclui uma série de dispositivos e procedimentos que vão dos conceitos à formulação de hipóteses que os cientistas conseguem enxergar a realidade ou os seus objetos de estudos de modos específicos, seja qual for o seu campo de conhecimento ou de atuação. (BARROS, 2017, p. 24)

De acordo com Barros, é notável a relação de teoria com o “ver”, mas existe uma mudança ao passo que o conhecimento deixa de ser uma “percepção” e se torna uma “construção”. Nota-se que este conceito sofre constante reformulação, entretanto não deixa de ter fundamental importância para a constituição de qualquer campo de conhecimento, incluindo a história, onde tanto remete a forma em que se concebe um objeto, por meio de fundamentos teóricos e conceitos, como também remete a maneira que o pesquisador vê o seu próprio trabalho.

No final do século XIX, a historiografia inglesa tratava de assuntos referentes a instituições do Estado-Nação, devido sua evidente superioridade temática. Então, as instituições como um todo foram a base de escrita para os chamados historiadores

---

<sup>14</sup> Para mais informações, sugiro a leitura do artigo *O que é teoria da história? Três significados possíveis*, do autor De Mello, 2012.

<sup>15</sup> *Theoria* significava “contemplação” para a maior parte dos filósofos gregos antigos.

profissionais<sup>16</sup>, interessados na história político-militar, da jurisprudência, nas instituições religiosas, entre outros temas relacionados. Análises essas que priorizavam o apego documental, de arquivos institucionais e privados, se trata de um tipo de escrita voltada para a afirmação do Estado Moderno. Collingwood, ao considerar os critérios desse conhecimento, diz que houve por parte desses historiadores ingleses uma carência de tópicos em epistemologia, segundo Silva (2013) nosso autor considera isso um desprezo a filosofia.

Observa-se nos artigos pesquisados no nosso recorte temporal, que essa produção historiográfica possuía poucas preocupações teóricas em termos de reflexão sobre o conhecimento produzido. Mesmo Freeman e John B. Bury, que mais avançaram nesse aspecto, pelo que pode ser observado em seus artigos publicados na EHR<sup>17</sup>, pouco avançam em termos de discussão teórico-metodológica. (SILVA, 2013, p. 54)

Acerca dessa questão, Collingwood (1972) faz uma crítica a esse trabalho historiográfico, que segundo ele não tem a devida reflexão, aparentando fragilidade. Portanto, na sua concepção, nada produzido naquele período<sup>18</sup> era consideravelmente relevante.

Existem indicadores, como já mencionados no tópico anterior, de que as ideias do nosso autor estão diretamente ligadas à linhagem de autores idealistas que se opõem a doutrina de Auguste Comte. Dentro dos debates de concepções que regiam o cenário britânico, a primeira geração dos filósofos idealistas do século XIX elevaram a história a um status crítico, um tipo de conhecimento baseado nas ações humanas passadas, diferenciando-se das ciências exatas.

Aqui buscaremos mostrar como a filosofia abordou alguns problemas árdios ao conhecimento histórico. Segundo Lopes (2015), desde o final do século XIX, houve uma movimentação procedente da filosofia inglesa sobre o conhecimento histórico, especialmente em torno de questões da teoria da história, como: a oposição epistemológica entre história e as ciências naturais, o método histórico e a norma científica da história. Apesar de ter acontecido uma investida dos positivistas no estudo histórico no cenário inglês nesse mesmo período, pode-se notar que “os maiores esforços em discutir os parâmetros teóricos do conhecimento histórico, sem dúvidas, advieram do idealismo britânico” (LOPES, 2015, p.124).

---

<sup>16</sup> Adeptos do pensamento histórico-científico.

<sup>17</sup> *English Historical Review*

<sup>18</sup> Do final do século XIX até a primeira metade do século XX na Inglaterra.

E aqui, dentro dessa abordagem, começaremos a dar destaque a Robin George Collingwood, que reabriu essa problemática se tornando uma figura muito importante para a relação da teoria da história e filosofia idealista.

Collingwood parece ser o primeiro pensador inglês no século XIX a fazer um balanço historiográfico do movimento idealista numa interface direta com o campo da história. Fica subentendido que o quarto capítulo de seu livro *The Idea of History*, intitulado como “A História Científica” não representa os intentos que estavam sendo processados no interior da historiografia profissional. Antes, resulta da exposição dos principais nomes relacionados ao subcampo da filosofia da história. (LOPES, 2015, p.126)

Para compreender o trecho citado, primeiramente é importante esclarecer que a expressão “história científica” está relacionada a concepção tradicional de “filosofia da história”. Como Lopes já elucida no trecho acima, não corresponde a historiografia profissional. No quarto capítulo de seu livro, Collingwood disserta acerca das teorias de alguns filósofos ingleses, alemães, franceses<sup>19</sup> e sobre o ensaio e concepção final de Croce. Nosso autor é crítico de filósofos que usam de pressupostos da ciência da natureza para estudar a história, podemos dizer que até um certo ponto ele achava isso de Bradley, entretanto, é interessante comentar sua “história crítica”<sup>20</sup>, que iniciou um novo panorama para o conhecimento histórico inglês. Através do estudo que Collingwood realizou, pode-se dizer que esse método histórico crítico foi a base que propiciou a autonomia do conhecimento histórico. Para ele:

O pensamento histórico tem um objecto com particularidades próprias. O passado, consistindo em acontecimentos particulares no espaço e no tempo que já não se verificam, não pode ser apreendido pelo pensamento matemático porque este apreende objectos que não têm situação específica no espaço e no tempo, e é precisamente essa falta de situação espacio-temporal que os torna cognoscíveis. Nem pode ser apreendido o passado pelo pensamento teológico porque o objecto deste tipo de conhecimento é um objecto singular e infinito, e os acontecimentos históricos são finitos e plurais. Nem pelo conhecimento científico, porque as verdades que a ciência descobre são reconhecíveis como verdadeiras ao serem atingidas através da observação e da experimentação exemplificadas naquilo que realmente percebemos, tendo o passado desaparecido e não podendo as nossas ideias acerca dele serem nunca verificadas como verificamos as nossas hipóteses científicas. As teorias do conhecimento destinadas a responder pelo conhecimento matemático, teológico e científico não tocam, assim, nos problemas específicos do

<sup>19</sup> O capítulo é dividido da seguinte forma:

Inglaterra: Bradley, os sucessores de Bradley, a história de fins do século XIX, Bury, Oakeshott, Toynbee.  
Alemanha: Windelband, Rickert, Simmel, Dilthey, Meyer, Spengler.

França: O espiritualismo de Ravaisson, O idealismo de Lachelier, O evolucionismo de Bergson, A historiografia francesa moderna.

<sup>20</sup> Obra do filósofo Francis Herbert Bradley, intitulada: *The Presuppositions of Critical History* do ano 1874.

conhecimento histórico; e se elas se apresentam a si próprias como legítimas representantes do conhecimento pretendem realmente que o conhecimento histórico é impossível. Isto não teve importância enquanto o conhecimento histórico não se impôs à consciência dos filósofos, enfrentando particulares dificuldades e elaborando uma técnica específica para as vencer. Quando tal aconteceu, porém, como sucedeu, grosso modo, no século XIX, as teorias correntes do conhecimento dirigiam-se aos problemas específicos da ciência, tendo herdado uma tradição baseada no estudo da matemática e da teologia, visto que esta nova técnica histórica, crescendo por toda a parte, permanecia inaplicável. Era necessário, portanto, um inquérito especial, cujo objectivo devia ser o estudo deste novo grupo de problemas os problemas filosóficos criados pela existência duma investigação histórica organizada e sistematizada. Este novo inquérito podia invocar justamente o título de filosofia da história, e é para esse inquérito que este livro pretende contribuir. (COLLINGWOOD, 1972, p. 11-12)

Aqui, nosso autor assinala o entrave que existe entre o movimento filosófico do idealismo britânico e o pensamento positivista no século XIX. Portanto, esse idealismo britânico, segundo Lopes (2015), promoveu a introdução do conhecimento histórico nos assuntos filosóficos considerando a prioridade historicista de que as “coisas” se dão de forma temporária no espaço. As leis universais, utilizada pelos positivistas, não são capazes de explicar os problemas em história. Assim sendo, a historicidade surgiu como um “paradigma filosófico” em contraposição a esse tipo de filosofia “científico-positivista”. Desse modo, Collingwood faz essa mediação entre a filosofia e a história no século XX em sua obra “A ideia de História”.

## **1.2 A relação entre Filosofia e História na teoria Collingwoodiana**

Ao buscar uma aproximação entre a história e a filosofia, tendo em vista esse tempo que recomenda e estimula os diálogos interdisciplinares, ainda podemos nos deparar com a resistência e falta de interesse entre elas. Uma citação, apesar de extensa, nos introduz nessa questão:

O diálogo entre historiadores e filósofos raramente foi sereno. Os historiadores alemães ditos positivistas, os historiadores estruturais franceses da Escola dos Annales, os historiadores empiristas ingleses, os historiadores marxistas de todas as tendências, até os historiadores brasileiros, imitadores de todos esses, nunca apreciaram a companhia dos filósofos. Os argumentos filosóficos variam, mas pode-se resumi-los a estes: o carácter especulativo, abstrato, apriorístico, teleológico e metafísico da filosofia. Para os historiadores, os filósofos são excessivamente internalistas, ignoram as mudanças históricas, desconhecem a rugosidade, a aspereza e tensões da experiência, buscam no próprio pensamento uma verdade em si, acreditam que, introspectivamente e lendo-se uns aos outros, poderão encontrar o secreto sentido da história

universal. Como “fazendeiros do ar”, os filósofos ignoram arquivos, documentos, são imprecisos na cronologia e, infundadamente, são extremamente eloquentes em relação à vida dos homens no tempo. Irritados, os historiadores não edulcoram a sua antipatia em relação às “filosofias da história”. Para Febvre, Toynbee e Spengler são “oportunistas”; para Chartier, filósofos e historiadores têm tarefas diferentes, e sua aproximação pode ser nociva à história; para Marx, os filósofos apenas interpretam a história, os historiadores fazem ciência da história; para Bloch, a história é investigação e não especulação; para Braudel, a pesquisa do passado deve ser feita sem pré-juízos e pré-juízos; para Foucault a história trata da emergência de eventos descontínuos, faz descrições arqueológicas, recorre a arquivos e não tem nada a ver com teleologia de sentido metafísico universal. Enfim, enquanto o historiador vai ao Oriente Médio ou ao zoológico para ver e tocar camelos, o filósofo fecha-se em seu gabinete e se pergunta se a “ideia de camelo” é pensável! (REIS, 2011, p. 21)

O que estamos tentando pontuar é que apesar de ser uma tarefa difícil aproximá-las, como podemos perceber pela citação, Collingwood buscou isso. E foi graças ao seu ofício como arqueólogo, ao passo que ia buscando por evidências físicas do passado refletia acerca dos métodos para compreender esse passado. Posto isto, as acusações que os historiadores fazem a filosofia<sup>21</sup> precisam ser mais cautelosas, levando em consideração que Collingwood quer honestamente contribuir com a reflexão na disciplina por meio da prática de pesquisa. Acerca da reflexão, Pereira disserta: “Segundo o autor, ela deve partir de problemas práticos realmente existentes, e não de hipóteses ou ficções. A filosofia da história, neste caso, deve ser produto da mente dos historiadores. A filosofia da história deve partir da própria história e não de outra coisa” (PEREIRA, 2006, p. 38).

As várias perguntas que podem surgir, como: Que conhecimento do passado é produzido pelo historiador? Qual a legitimação desse conhecimento? Qual o sentido de verdade para a história? Todas pedem a postura do historiador como alguém que pensa e reflete a história. É nessa difícil tarefa, que a filosofia pode apoiar a história, visto que a reflexão filosófica permite ao historiador elaborar melhor os problemas para os quais aponta para o trabalho histórico. Aqui não iremos nos aprofundar diretamente na filosofia<sup>22</sup>, mas somente conhecer a ideia de Collingwood, que utiliza a filosofia em sua teoria da história, e esse debate é muito importante para compreendê-la.

---

<sup>21</sup> Essas acusações são principalmente relacionadas a figura de Hegel, pois sua história filosófica é na verdade uma história universal. E essa é uma questão problemática, que Collingwood não compactua.

<sup>22</sup> Ao defini-la nosso autor diz: “Atualmente, existem duas definições de filosofia. Em primeiro lugar, ela é considerada um retorno do pensamento a si mesmo, o pensamento deixando de contemplar um objeto externo e estudando o processo através do qual se torna consciente de tal objeto: o pensamento torna-se autoconsciente. Em segundo lugar, a filosofia é considerada como uma autolibertação do pensamento de pressuposições não-criticadas, a tentativa resoluta de não crer em nada que não possua bons fundamentos, o abandono de todos os dogmas, hipóteses ou opiniões e a busca de um ideal de conhecimento completamente racional. A primeira definição define a filosofia a partir de seu objeto; a segunda, de seu método.” (COLLINGWOOD, 2020, p. 189)

Para Collingwood a relação entre história e filosofia tem fundamental importância para estabelecer reflexões sobre as questões relativas à formação de uma epistemologia do conhecimento histórico, que disponha de instrumentos de pensamento capazes de conhecer os processos mentais que culminam em ações produtoras de sentido. Ele afirma que "a filosofia é reflexiva" (COLLINGWOOD, 1972, p. 8) e deixa claro que a filosofia é um exercício contínuo de pensar a si mesma enquanto pensa em alguma questão que despertou a reflexão. Collingwood esclarece que o interesse da filosofia não se concentra em objetos de seu factual exercício reflexivo, todavia ao se debruçar sobre uma questão não tem como foco o objeto em si, mas sim as condições necessárias de produção de pensamento no que concerne esse objeto. Logo na introdução de sua obra *A ideia de História*, que ele trata sobre a filosofia da História, ele distingue o trabalho do filósofo e do psicólogo:

Tal não significa que a filosofia seja a ciência do espírito ou psicologia. A psicologia pensamento do primeiro grau; trata o espírito precisamente do mesmo modo que a biologia trata a vida. Não se ocupa directamente do pensamento como algo perfeitamente separado do seu objecto, algo que acontece simplesmente no mundo, como uma espécie particular de fenómeno, que pode ser discutido em si mesmo; diz respeito à relação entre pensamento e objecto, interessando-se tanto pelo objecto como pelo pensamento. (COLLINGWOOD, 1972, p. 8)

Esta diferença se encontra nitidamente nas atitudes que são adotadas por essas ocupações em relação ao pensamento histórico, que se trata de uma forma especial de pensamento, a qual tem um objetivo específico que é o passado. No caso, a psicologia pode analisar os modos de atividade mental dos historiadores, segundo Collingwood (1972, p. 8) ela pode até argumentar que os historiadores constroem uma fantasia, assim como os literatos, que constroem um mundo de invenções para se desvincular do mundo real, ou melhor, o historiador seria alguém que liga a origem de suas neuroses aos acontecimentos do passado e tenta se libertar. Para o filósofo, o fato que vai exigir atenção não é o passado em si, como é para o historiador, nem o pensamento em si mesmo, do historiador em relação ao passado, como que é para o psicólogo (como foi explanado anteriormente), mas as duas coisas em sua relação recíproca. "O pensamento, na sua relação com o objecto, não é mero pensamento e sim conhecimento" (COLLINGWOOD, 1972, p. 9). Portanto, o que é para a psicologia a teoria do pensamento puro, dos fenómenos mentais abstraídos de qualquer objeto, é para a filosofia a teoria do conhecimento.

Enquanto o psicólogo pergunta a si próprio: como é que pensam os historiadores? o filósofo pergunta a si mesmo: como é que os historiadores sabem? como é que eles conseguem apreender o passado? Contrariamente, cabe ao historiador e não ao filósofo apreender o passado como uma coisa em si mesma, dizer - por exemplo que, há tantos anos, tiveram lugar efectivamente tais e tais acontecimentos. Ao filósofo, interessam estes acontecimentos não como coisas em si mas como coisas conhecidas do historiador. Quanto ao historiador, é interrogando-se acerca do destino a dar aos acontecimentos e não interrogando-se acerca da sua espécie, do momento e do lugar em que ocorreram que ele terá a possibilidade de conhecê-los. (COLLINGWOOD, 1972, p. 9)

Através dessa leitura comparativa, Collingwood aponta que a psicologia está interessada em como é que os historiadores pensam, qual o funcionamento de sua vontade de conhecer, suas operações cognitivas e seus desdobramentos instintivos. A filosofia ambiciona entender como os historiadores sabem, como eles conseguem assimilar o passado. Em outros termos, que formas de vinculação entre pensamento e objeto são mobilizados pelos historiadores na tentativa de reconstituir o passado. Nosso autor procura aplicar essa ideia tentando se distinguir de outras filosofias da história, como ilustradas nos séculos XVIII e XIX. No caso, ele está se referindo às considerações dos positivistas, de Voltaire e Hegel.<sup>23</sup>

Como veremos mais adiante, no terceiro capítulo, as perguntas que os historiadores fazem ao seu objeto podem ser consideradas sua instrumentação mental para compreender o passado em um acordo com as evidências históricas. Observamos o seguinte trecho:

Para Collingwood, ao historiador cabe questionar sobre o que fará com o conhecimento sobre os acontecimentos do passado, que possibilidades são possíveis a partir deles, seja como explicação, seja como afirmação. Isso denota que sua preocupação é de outra natureza. O historiador que Collingwood delineia tem um lugar específico no tempo. Para ele, a compreensão dos objetos não poderia se dar pela captação puramente mental, mas pela mera compreensão das ações a posteriori; seria preciso, antes, que se fizesse presente às perguntas que o guiariam a certas respostas, não como copresença ou compreensão, mas como possibilidade de experimentar o mundo como fenômeno histórico. (DE LIMA, 2021, p. 35)

---

<sup>23</sup> Sobre a filosofia da história de Hegel, Collingwood comenta: “Hegel propõe um novo tipo de história, sob a designação de filosofia da história (pertencendo, aliás, a Voltaire tanto a proposta como a terminologia). Para ele, a filosofia da história não é uma reflexão filosófica acerca da história e sim a própria história, com um poder maior, filosófica e não meramente empírica, isto é, a história não simplesmente determinada como um certo número de factos mas compreendida, apreendendo as razões por que tais factos tiveram lugar. Esta história filosófica será uma história universal da humanidade (neste ponto, Hegel segue Herder), revelando um progresso desde os tempos primitivos até à civilização contemporânea. O entrecho desta narrativa é o desenvolvimento da liberdade, que se identifica com a razão moral do homem, tal como ela se apresenta num sistema externo de relações sociais.” (COLLINGWOOD, 1972, p. 150)

O autor expõe como Collingwood ratifica que o pensamento dos historiadores é um sistema de conhecimento e autoconhecimento, uma *episteme*, se assim almejar determinar uma postura relativa à condição no mínimo fática e mais reflexiva. Em outros termos, o que Collingwood (1972, p. 9) quer dizer é que o filósofo trata o passado como um sistema de conhecimentos, um sistema de coisas conhecidas. Por conseguinte, pode-se afirmar que o paradigma da verdade ainda é o que fomenta a explicação histórica, sendo possível encontrar desvios, porém não abriram mão de afirmar seu lugar de conservação dos fatos, dos acontecimentos e da causalidade em sua condição de veracidade.

O historiador tem como indagação a natureza do conhecimento dos fatos, dos acontecimentos e seus movimentos, ainda que seja impactado pelas narrativas, não são elas as geradoras de inquietações e deslocamentos em seu espírito, mas a historicidade enquanto pensamento científico.

Grande parte da filosofia da história tende a ser governada por uma preocupação epistemológica com como o conhecimento histórico é possível, partindo do pressuposto de que o conhecimento histórico é o conhecimento do passado. A tarefa primordial de uma filosofia da história é, portanto, a de explicar como o passado pode ser conhecido, dado que, ao contrário do presente, não está disponível para observação, nem pode ser reproduzido em condições experimentais. A abordagem de Collingwood à filosofia da história é bem diferente. Negou que uma mera preocupação com o passado seja suficiente para identificar um objeto distinto para a investigação histórica, que justifique considerar a história como uma ciência, no sentido latino de *scientia*, ou seja, uma forma de saber. Afinal, o passado é estudado por geólogos, bem como por historiadores, portanto, se a história é uma forma distinta de conhecimento, ela deve fazer mais do que apenas estudar o passado. (D'ORO, 2020, p. 32)

O autor deixa claro que Collingwood considerou a tarefa fundamental de uma filosofia da história a de desenvolver não uma teoria epistemológica explicando como o passado pode ser conhecido, mas, sim a de desambiguar o assunto da história daquele da ciência da natureza, aplicando então a análise pressuposicional<sup>24</sup>. A aplicação dessa análise de pressuposições gera a afirmação de que os pressupostos da história são distintos daqueles da ciência da natureza, visto que, reconstruir os pensamentos dos agentes passados envolve repensar todas as conexões conceituais.

---

<sup>24</sup> Ele expõe sobre essa análise em seu livro *An Essay on Metaphysics* (1940)

A fundamental tarefa da análise filosófica é descobrir os diferentes pressupostos existentes, tendo o objetivo de indicar que não há confronto entre as afirmações da história e as da ciência, não que as explicações históricas sejam iguais as explicações nomológicas<sup>25</sup>, mas porque são explicações integrais de um tipo diferente, que respondem a diferentes tipos de perguntas.

### 1.3 Defesa contra a aplicação de leis gerais no âmbito da História

Sabe-se que existem vários argumentos céticos sobre a história, como por exemplo: “que não é um conhecimento direto”, “que a história é na verdade uma abstração”. De fato, o discurso que é utilizado não comprova ser uma verdade, já que o historiador não usa uma linguagem específica, mas sim a sua própria, com tudo que está enraizado nela, e além disso é um conhecimento pós-gnóstico “Depois que o evento imprevisível ocorreu, diz-se que era ‘óbvio que ele iria ocorrer’! A história oferece uma causalidade sublunar, imprecisa, produzida por uma subjetividade em expansão” (REIS, 2002, p. 50).

Diante desse cenário de tantas dúvidas, os positivistas no século XIX, considerando a história com o mesmo padrão das ciências naturais, tinham o objetivo de encontrar leis gerais válidas para a humanidade como um todo, de forma que fosse possível explicar a vida humana ao longo do tempo, e a partir disso estariam protegendo a história do ceticismo, justificando-a com esse caráter científico.<sup>26</sup>

Os positivistas contam de fato com toda uma fortuna crítica que inclui as já clássicas discussões iluministas em torno de questões que lhes seriam caras: a possibilidade de um conhecimento humano inteiramente *objetivo*; a construção de uma história *universal*, comum a toda a humanidade; a possibilidade de amparar um conhecimento científico sobre as sociedades humanas com base na ideia de *imparcialidade* do sujeito que produz o conhecimento. Estes princípios, no que apresentam de mais essencial, sustentam-se sobre a noção de que haveria uma “natureza imutável do homem”. São estes fundamentos, que já vinham sendo discutidos há muito pelo pensamento ilustrado, que o positivismo tomaria para si, emprestando-lhes uma nova coloração. (BARROS, 2010, p.77)

---

<sup>25</sup> Nomologia: estudos das leis que presidem aos fenômenos naturais, ou estudos das leis que regem um país, uma sociedade

<sup>26</sup> Eles asseguram uma objetividade da verdade histórica, pois acreditam ser o determinismo a inferência teórica de toda atividade inteligente, e rejeitar isso seria irracional.

Posto isso, entende-se que o ponto central dessa discussão está na perspectiva sobre o homem, que é percebido aqui pelos positivistas como um ser de natureza imutável, e também ao que se refere a construção do conhecimento histórico de forma objetiva, sendo que a subjetividade é para eles um grande problema na história, para que, enfim, ela possa adentrar no campo das ciências. A escola metódica<sup>27</sup> publicou manuais<sup>28</sup> com ideias positivistas até meados do século XX. Em resumo, seus pilares estão implicados na metodologia objetiva próxima a das ciências da natureza, no trabalho neutro do historiador, que deve se manter distante do seu objeto de estudo e utilizar uma linguagem formal.

O desenvolvimento do positivismo aconteceu na historiografia e na sociologia do século XX, sobre tal ascensão, Collingwood (1972, p.166) comenta que Auguste Comte<sup>29</sup> usou dos fatos históricos como matéria prima para algo mais “importante” que os próprios fatos, tendo em vista seu princípio de se basear nas ciências naturais, no que tange a determinação dos fatos, para assim descobrir as conexões causais. Nesse sentido, ele sugeriu que se criasse uma nova ciência: a sociologia. “O sociólogo seria, deste modo uma espécie de super-historiador, fazendo ascender a história à categoria de ciência” (COLLINGWOOD, 1972, p.166).

Émile Durkheim<sup>30</sup>, bastante influenciado por Comte, foi o responsável pela renovação do positivismo nas ciências sociais, e em sua linha de pensamento é esclarecido os três fundamentos baseado na teoria de Comte: “a crença na possibilidade de encontrar leis naturais e invariantes para as sociedades humanas, a neutralidade do cientista social, e a identidade de métodos entre as ciências humanas e as ciências naturais” (BARROS, 2010, p. 85). Posto isso, entende-se o objetivo da vertente positivista ao querer equiparar história a uma ciência com leis gerais, que é torna-la objetiva e sem falhas, capaz de superar as críticas céticas.

---

<sup>27</sup> Influenciada pela corrente historiográfica de positivistas franceses nas últimas décadas do século XIX. “[...] A partir de 1876 se afirma com a publicação do primeiro número da Revue historique, uma revista que trará na sua comissão editorial nomes da antiga geração positivista- como Taine e Renan – e novos nomes da escola metódica como Monod e Lavisse.” (BARROS, 2010, p.84)

<sup>28</sup> Como os manuais de Wilhelm Bauer e Louis Halphen, publicados em 1921 e 1946 os dois com o nome “introdução à história”. De acordo com Barros (2010, p. 84) o mais famoso dos manuais foi o de Seignobos e Langlois, que foi escrito em 1898 muito criticado pela Escola dos Annales na terceira década do século XX.

<sup>29</sup> Filósofo francês, formulador da doutrina positivista.

<sup>30</sup> Sociólogo francês, principal fundador da ciência social moderna, conhecido por declarar a importância de “considerar os fatos sociais como coisas”.

Em oposição ao positivismo de sua época, o historicismo<sup>31</sup> de maneira geral, foi aos poucos aceitando o relativismo na historiografia, como afirma Barros (2010, p.88) que até mesmo Ranke não acreditava em uma “história universal humana”, mas em “histórias nacionais particulares”, isso, portanto, foi visto como um início de aceitação do uso da subjetividade do historiador.

O positivismo enxerga o homem como imutável, já o historicismo traz a ideia de movimento, aqui o historiador tem o papel de investigar e entender a singularidade de um evento, no que torna uma sociedade diferente das outras. Em suma, o historicismo se posiciona a favor da busca de métodos próprios na história e não de leis gerais semelhantes às das ciências naturais.

Ao discorrer acerca da teoria positivista, Collingwood<sup>32</sup> fala sobre a concepção deles de “fato”, que é algo apresentado através da percepção, e ele dá o exemplo de um teste em uma cobaia pra comprovar um fato, tal teste estará sendo observado pelos cientistas e caso haja dúvidas podem repetir o procedimento em uma outra cobaia, portanto o fato estará sendo notado enquanto se manifesta empiricamente. Para esclarecer a crítica de Collingwood ao positivismo é relevante observar o seguinte trecho:

Na história, a palavra “facto” traz consigo um significado muito diferente. O facto de, no século II, as legiões terem começado a ser recrutadas totalmente fora da Itália não é um processo de interpretar os dados, de acordo com um complicado sistema de regras e hipóteses. Uma teoria do conhecimento histórico descobriria o que são estas regras e estas hipóteses, perguntando em que medida elas são necessárias e legítimas. Tudo isto foi inteiramente desprezado pelos historiadores positivistas, que assim nunca fizeram a si mesmos a difícil pergunta: Como é possível o conhecimento histórico? Como e em que condições pode o historiador conhecer factos que - tendo desaparecido e sendo impossíveis de recordar ou repetir- não podem ser, para ele, objecto de percepção? Estavam impedidos de fazer tal pergunta, por causa da sua falsa analogia entre factos científicos e factos históricos. Devido a esta falsa analogia, achavam que uma tal pergunta não precisava de resposta. No entanto, devido ainda à mesma falsa analogia, interpretaram sempre mal a natureza dos factos históricos, distorcendo conseqüentemente o verdadeiro trabalho da investigação histórica, pelos modos que escrevi. (COLLINGWOOD, 1972, p.172)

Nota-se como o autor é direto em suas afirmações sobre a perspectiva positivista no âmbito da histórica, que nunca indagou sobre a possibilidade do conhecimento

---

<sup>31</sup> É uma concepção filosófica com início no século XIX, desenvolvida pelo filósofo e historiador Wilhelm Dilthey. O historicismo não se apresentou pronto, mas foi se construindo ao longo de décadas. Para compreender melhor as questões em torno do positivismo e historicismo na historiografia, sugerimos a leitura do artigo de José D’Assunção Barros: *Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista*.

<sup>32</sup> Trata-se do capítulo 9, da III parte – *O limiar da História científica*, de sua obra *The Idea of History*

histórico, e por esse motivo não interpreta os fatos históricos como deveria. Segundo Gardiner (2008, p. 304), Collingwood foi o responsável de substituir essa noção criada pelo positivismo pela noção do pensamento mediado, que é o conceito fundamental da sua teoria de investigação histórica. Essa noção permite compreender, de fato, a natureza dos acontecimentos históricos.

## 2 A RECONSTITUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA PASSADA

O conceito de *re-enactment* é um dos três fundamentos que compõe a teoria de Robin George Collingwood que se resume em “toda História é História do pensamento” (COLLINGWOOD 1972, p. 268). Tendo assim, a imaginação humana como principal objeto, portanto é definido como reconstrução ou reconstituição da experiência passada.

Em um primeiro contato com a Teoria da História Collingwoodiana, corre-se o risco de cometer equívocos ao pensar que usando deste método a História seria uma mera invenção. Entretanto, ao analisá-lo cautelosamente, percebe-se a relevância do mesmo para a História como disciplina científica.

Em sua obra *The Idea of History*<sup>33</sup>, que foi publicada somente depois de sua morte, é esclarecido os princípios de sua tese sobre a imaginação histórica, mais especificamente sobre a doutrina da reconstrução do passado que é interligada aos outros dois fundamentos: as pressuposições absolutas e o exercício de pergunta e resposta.

O que motiva Collingwood a criar o conceito de *re-enactment* é a filosofia, pois sua perspectiva promove uma reflexão dos problemas epistemológicos provocados pela História e é notável em seus escritos que busca essa aproximação, visto que a seu ver a filosofia é a solução para o ceticismo em História, e a história uma nova forma de refletir a filosofia. É relevante mais uma vez destacar a sua oposição ao positivismo pelo fato de quererem aplicar os métodos da ciência da natureza na ciência histórica. Para ele:

A filosofia é reflexiva. O espírito filosofante nunca pensa simplesmente acerca de um objecto, pensa também no seu próprio pensamento acerca desse objecto. A filosofia pode ser chamada, assim, um pensamento do segundo grau, pensamento acerca do pensamento. (COLLINGWOOD 1972, p.8)

Logo em seguida ele deixa claro o porquê é um pensamento de segundo grau, que é justamente para delimitar as duas ciências. O pensamento de primeiro grau é próprio das ciências naturais, que investiga aspectos físicos, já nas ciências humanas existe a preocupação com o comportamento humano; “[...] descobrir o que é que nós estamos exatamente a fazer, quando descobrimos a distância da terra ao sol, é uma tarefa para o pensamento de segundo grau, neste caso para a lógica ou para a teoria da ciência” (COLLINGWOOD 1972, p. 8). Em sua concepção a história serve para o

---

<sup>33</sup> *A ideia de História* (traduzido para o português) se trata de uma publicação póstuma, de 1946. Foi uma coletânea de escritos reunidos e organizados por um ex-aluno de Collingwood, T. Knox.

autoconhecimento humano, serve para conhecer os atos que foram cometidos no passado para assim, se conhecer.

Em justificativa de que “toda História é História do pensamento”, Collingwood descreve a diferença entre o mundo natural e o pensamento, buscando assegurar o pensamento como peça chave para a construção do conhecimento histórico, assim sendo cria a metáfora do interior e exterior:

O historiador, ao investigar qualquer evento do passado, estabelece uma distinção entre o que pode ser chamado de exterior e interior de um evento. Por exterior de um evento quero dizer tudo que o compoñha e que possa ser descrito em termos de corpos e seus movimentos: a travessia de César, acompanhado de alguns homens, de um rio chamado Rubicão em uma data precisa, ou o derramamento de seu sangue no piso do Senado em outra data. Pelo interior de um evento quero dizer tudo aquilo em um evento que possa ser descrito em termos de pensamento: o desafio de César à lei Republicana, ou o confronto constitucional entre ele e seus assassinos. O historiador nunca se ocupa de um sem se ocupar do outro. Ele não investiga meros eventos (onde mero evento signifique um que apenas possua um exterior e nenhum interior), mas sim ações, e uma ação é a unidade do exterior e do interior de um evento. (COLLINGWOOD 1972, p. 266)

No exemplo citado acerca do evento, pode ser descrito de duas maneiras, uma em forma física, no caso o que se encontra presente em forças naturais e a outra que está para além do físico, ou seja, o que pode ser notado e interpretado como Pereira (2011) bem coloca em exemplos: “motivações políticas, ambições pessoais, planejamentos estratégicos e objetivos administrativos.” Portanto esse âmbito está em grau de “significados humanísticos”, e nesse sentido, pode-se deduzir que o cerne de todo o conhecimento proveniente da história que explana sobre a ação do homem é o pensamento do historiador.

## **2.1 *Re-enactment*: conceito e características**

O *re-enactment* pode ser entendido como o ato de reconstruir o passado em sua própria mente, segundo Collingwood:

O historiador não conhece o passado acreditando simplesmente numa testemunha que viu os acontecimentos em discussão e deixou registrado o seu testemunho. Essa espécie de mediação daria, quando muito, convicção, mas não conhecimento. E o historiador, uma vez mais, sabe muito bem que não é esse o caminho a tomar; tem consciência de que o que faz em relação as suas autoridades não é acreditar nelas, mas sim crítica-las. Se o historiador não possuir então qualquer conhecimento direto ou empírico dos factos e não tiver qualquer conhecimento, transmitido ou testemunhado, desses factos, que espécie de conhecimento é que ele tem? Por outras palavras, o que é que o

historiador tem que fazer, para poder conhecê-los? (COLLINGWOOD 1972, p. 343)

O autor propõe aqui uma reflexão acerca do conhecimento dos fatos, e logo em seguida ele responde “o historiador tem de reconstituir o passado, no seu próprio espírito” (COLLINGWOOD, 1972, p. 213). Tomando isso como ponto de partida, não se pode de imediato pensar que se trata de uma invenção sem fundamentos, pois o historiador assim como o próprio autor defende, precisa ter fidelidade a objetividade, portanto as provas históricas são de grande importância.

Ao investigar o passado o historiador precisa fazer a distinção do exterior e interior do acontecimento, sendo o exterior as características físicas, como o local, movimentos, clima. E o interior, segundo Collingwood, “só pode ser descrito em termos de pensamento”. Dessa forma, pode-se afirmar que a história não é somente uma descrição de um acontecimento passado, mas tem como objetivo central o pensamento expressado nele, então ao descobrir tal pensamento pode-se compreendê-lo. Segundo Rosa Belvedresi:

Afirmar que “toda história é história do pensamento” não implica nem a definição do vocabulário das ciências sociais em termos que se referem apenas a indivíduos, nem a redução de fenômenos complexos à soma das ações Individuais; o que envolve é que a explicação de eventos históricos leva em conta “os significados subjetivos que os participantes atribuem ao seu comportamento”. A tese de Collingwood, então, enfatiza o fato de que são os agentes que fazem a história, Isso não significa negar a influência das chamadas “condições objetivas”, mas sim que sua importância, como condições de possibilidade para a ocorrência de certos eventos históricos, reside na forma como os agentes os consideram [...]. (BELVEDRESI, 1995, p.77, tradução nossa)<sup>34</sup>

A autora nesse trecho busca explicar a teoria de Collingwood, que, resumidamente, pode ser compreendida como a capacidade do historiador ao imaginar e descrever uma situação do passado, portanto os eventos históricos são reconstituídos na mente do historiador ao passo que ele concebe a tal situação em seu pensamento. Rosa Belvedresi (1995) ainda afirma que a tese de Collingwood não obriga a reduzir a pesquisa

---

<sup>34</sup> Texto no idioma original: “Afirmar que “toda historia es la historia del pensamiento” no implica ni la definición del vocabulario de la ciencia social en términos que se refieran únicamente a individuos, ni la reducción de los fenomenos complejos a la suma de las acciones individuales; lo que involucra es que la explicación de los sucesos históricos tenga en cuenta “los significados subjetivos que los participantes asignan a su comportamiento”. La tesis de Collingwood, entonces, enfatiza el hecho de que son los agentes los que hacen la historia, ello no significa negar la influencia de las llamadas “condiciones objetivas” sino que su importancia em tanto condiciones de posibilidad para que ocurran ciertos eventos históricos, radica en el modo en que los agentes las consideran[...]”.(BELVEDRESI, 1995, p.77)

histórica ao estudo das ações racionais dos indivíduos, porém, o que está sendo enfatizado é que os acontecimentos históricos são o resultado de ações humanas e que para entendê-los de forma não naturalista, ou seja, como instâncias de leis gerais é necessário evidenciar seu caráter intencional, isto é, seu interior. Ao esclarecer sobre essa questão, Pereira argumenta:

Ao tomar como ponto de partida o padrão prático do trabalho do historiador Collingwood propõe uma distinção básica entre o mundo dos eventos físicos e o pensamento. Para Collingwood, o historiador ultrapassa o nível dos eventos físicos ao abordar as razões dos agentes históricos para suas ações o objeto de estudo do historiador é, portanto, o passado humano no que ele possa ser descrito em termos de razões, significados e motivações. (PEREIRA, 2011, p.129-130)

Tendo em vista isso, pode-se notar que os objetivos do historiador são diferentes dos cientistas, onde esses buscam explicar somente os fenômenos naturais, e os historiadores, por outro lado, descartam a busca por relações causais. “Quando o historiador utiliza em seu vocabulário os termos “causa” ou “efeito”, ele ou faz em um sentido bastante específico, como que numa medida de Economia linguística” (PEREIRA, 2011, p. 130). Isso quer dizer que tais expressões utilizadas têm a ver com a lógica entre pensamento e ação prática, dessa forma o historiador não usa os termos “causa” e “efeito” como um cientista usaria. Por exemplo, um historiador ao investigar sobre o Milagre do sol em Fátima<sup>35</sup>, um fenômeno que a ciência não conseguiu explicar, vai se atentar ao pensamento dos agentes, tendo como base as fontes históricas. Os agentes principais são os pastorinhos que relataram ter tido visões da Virgem Maria, e que ela faria esse evento sobrenatural acontecer para que todos acreditassem, e também toda as milhares de pessoas que presenciaram o fenômeno. Para a ciência é inexplicável, já que não é algo comum na natureza, algo sem uma “causa” evidente para surgir o “efeito”, e além disso, o fato das crianças terem previamente avisado. D’oro expõe, usando a perspectiva de Collingwood:

Não é papel dos historiadores descartar como falso o testemunho de agentes históricos que atestam a ocorrência de milagres sob a alegação de que, como a natureza é uniforme e suas leis não mudam, os milagres que os agentes do

---

<sup>35</sup> Ocorreu na Cova da Iria, perto de Fátima em Portugal. As aparições da Virgem Maria aos três pequenos pastores começaram em 13 de maio de 1917. Em 13 de setembro do mesmo ano Lúcia, Jacinta e Francisco ouviram dela: “Em outubro farei o milagre, para que todos acreditem” e a comprovação se deu publicamente, no dia 13 de outubro de 1917 a atmosfera teve mudanças de cor e o sol “dançou” diante de milhares de pessoas. Para mais detalhes a respeito desse assunto sugiro o artigo de Paiva (2017), *Fátima e Ciência*.

passado atestaram não poderiam ter acontecido porque sua ocorrência contraria as leis da natureza. Este "espírito positivista" (Collingwood, 1993, p.135) encoraja uma atitude de julgamento em relação às fontes históricas em vez de uma tentativa de compreender o seu significado. Isso não quer dizer que os historiadores precisam acreditar que milagres aconteceram para entender as fontes, mas sim entender o papel que a crença no sobrenatural teve para os agentes que testemunharam, isso é mais importante para o historiador do que avaliar se a crença no sobrenatural é verdadeira ou falsa. ((D'ORO, 2020, p. 24)

Para Collingwood (1972, p. 317), o historiador não deve descartar uma situação que ocorreu no passado somente porque não acredita naquilo, pois toda "situação-pensamento" é um fato histórico passível ao estudo histórico. A atitude de julgar não é correta, ao invés disso o historiador deve buscar entender o pensamento das testemunhas e sobre sua fé.

Diferentemente das ciências da natureza, as ações de interesse para o historiador, as quais ele se ocupa não são meros eventos, mas sim pensamentos expressos em ações, sem significar necessariamente a redução de um ao outro. Collingwood afirma que só é possível conhecer a atividade mental de outro indivíduo por meio do pressuposto de que essa tal atividade possa ser reconstituída em sua própria mente.

O pensamento seria, assim, algo que está para além de um fluxo contínuo de consciência ou uma sucessão de estados imediatos que possuem uma limitação temporal. Nesse sentido, dizer que um pensamento existe apenas no interior de seu contexto é reduzir a existência de um pensamento à sua experiência imediata. O pensamento é uma atividade que está fora dessa corrente imediata da consciência, que é capaz de apreender sua estrutura geral e garantir aos indivíduos a apreensão das experiências humanas individuais e coletivas. (ARRAIS, 2010, p. 40)

Cristiano Arrais, em seu artigo sobre a Filosofia da História de Collingwood, explicita acerca da definição de pensamento para nosso autor, se tratando de um termo bastante difícil para ser trabalhado, fato esse afirmado pelo próprio Collingwood em *The principles of history*<sup>36</sup>, onde ele diz que "história não significa re-pensar o que tinha sido pensado antes, mas pensar por si mesmo como re-pensá-lo" (COLLINGWOOD, 1999, p. 223).<sup>37</sup> Afirmar que o pensamento apenas existe inerente ao seu contexto, ou seja, dizer que se trata de algo imediato é negar a probabilidade de conhecer qualquer evento, tenha

---

<sup>36</sup> *Os princípios da História: E outros escritos em Filosofia da História* assim como *A ideia de História*, é uma obra póstuma escrita em 1939 e publicada somente em 1999, mais de cinquenta anos após sua morte, nela está registrado alguns dos ensaios por excelência de Collingwood sobre a filosofia da história.

<sup>37</sup> Texto no idioma original: "History means not re-thinking what has been thought before, but thinking of yourself as rethinking it".

ele ocorrido no passado ou não, portanto significaria afirmar que o único pensamento que existe é exclusivamente o seu.

De maneira resumida, o *re-enactment* se trata da compreensão da ação dos agentes históricos através da reconstrução de seus pensamentos. Essa compreensão é possível por meio das alternativas e razões possíveis na investigação sobre um determinado agente histórico, para assim reelaborar em sua própria mente o pensamento dele naquele evento. “Para alcança-la (a compreensão histórica), o historiador deve penetrar a situação que o imperador enfrentava e deve ser capaz de vê-la tal como o imperador a via” (COLLINGWOOD, 1972, p. 283), Collingwood dá o exemplo de uma investigação de evento histórico relacionado a um imperador, e dá a entender que o historiador ao repensar o pensamento desse indivíduo não está realizando um pensamento diferente e sim o mesmo ato de pensamento dele.

A afirmação de Collingwood que "toda a história é a história do pensamento" tem sido mal compreendida e duramente criticada. Em parte, houve uma linha de interpretação<sup>38</sup> que entendeu que a tese de Collingwood implicava na redução do campo da pesquisa histórica ao estudo dos pensamentos conscientes, propositais e racionais de atores individuais e que pressupunha que o conhecimento histórico dependia de algumas peculiaridades, técnica intuitiva. Para melhor compreender cito Belvedresi:

Em *The Principles of Art* Collingwood distingue entre sensação/sentimento e pensamento; no segundo caso "estamos mais ou menos conscientes de uma distinção entre pensar bem e pensar mal" (PA, p. 157), neste sentido o pensamento é uma atividade de critério, ou seja, pode ser julgado por "referência a normas ou critérios"; além disso, enquanto nossas sensações são definidas por uma certa intimidade, pode-se falar de "publicidade de pensamentos", mas se todos estão pensando que o termômetro marca 22° Fahrenheit "todos estão pensando o mesmo pensamento: esse pensamento é público para todos eles" (PA, pp. 157-158). Acredito que essa caracterização esteja relacionada às afirmações em *A Ideia da História* acerca do que é objeto da história é o pensamento em sua mediação, ou seja, como “pode se desenvolver na mente de Platão, na minha ou na de qualquer outra pessoa” (JH, p.301). Em contrapartida, a sensação/sentimento/ carece dessa mediação, pois é entendida como "o nível psíquico da experiência" (PA, p.164). Aqui Collingwood introduz um esclarecimento que pode ser relevante; Nesse nível, pode-se pensar quando nos tornamos conscientes "por um ato de atenção, de certas sensações que temos naquele momento; e passamos a pensá-las como tendo certas relações com outras sensações, lembradas como passadas ou imaginadas quanto possível." (PA, p.165). Há também uma segunda forma de

---

<sup>38</sup> O primeiro autor a discutir sobre a teoria da história de Collingwood foi William Walsh, também de Oxford. Seu artigo intitulado *R. G. Collingwood's Philosophy of History* (1947), abre caminho para outros acadêmicos exporem seus pensamentos sobre a teoria de Collingwood, como William Dray e Alan Donagan. Para um melhor entendimento acerca das críticas, sugiro a leitura do subcapítulo 6.3 *Críticas a Doutrina do re-enactment* da tese de Gustavo Pereira, *A Teoria da História de RG Collingwood: formação, recepção e principais argumentos*.

pensamento "na qual não pensamos sobre nossas sensações, detectando relações entre uma e outra, mas sobre nossos pensamentos" (PA, p.166), nesta segunda ordem certas "leis do pensamento" pode-se estabelecer que "não são leis de um misterioso mundo transcendente", mas se referem à "experiência intelectual de pensar de uma certa maneira e descobrir que nossos pensamentos se conectam em um certo tipo de ordem"<sup>39</sup> (PA, p.167). (BELVEDRESI, 1995, p.75, tradução nossa)

Na tentativa de esclarecer a teoria de Collingwood, Belvedresi recorre as obras *The Principles of Art* e *The New Leviathan*, que podem ser considerados os textos em que Collingwood expõe mais detalhadamente sua filosofia. Nesses escritos o conceito de pensamento é definido de tal maneira que eles são úteis para esclarecer o significado da sua afirmação sobre a história do pensamento. Belvedresi explica que por pensamento, não se deve entender apenas o pensamento de segunda ordem, que se trata daquele que se conforma às normas, mas sim, de modo mais geral, o "pensamento" que pode ser definido como aquilo que pode ser pensado, como o pensamento de primeira ordem que pensa as sensações. Desse modo: "a tese de Collingwood, não está restringindo o alcance do histórico ao "racional" (no sentido forte do termo) ainda que exclua tudo o que se refere a "reviver a experiência" (entendida como sensações ou experiência psíquica)" (BELVEDRESI, 1995, p 76).

Em seu livro *The New Leviathan*, Collingwood diferencia os vários níveis de consciência, do nível mais baixo do sentimento à razão, o nível de precisão com que os distingue não interessa ser descrito nesse trabalho, mas vale a pena levar em consideração o que ele diz sobre a razão:

---

<sup>39</sup> Texto no idioma original: "En *The Principles of Art* Collingwood distingue entre sensación/ feeling/ y pensamiento; en el segundo caso "somos más o menos conscientes de una distinción entre pensar bien y pensar mal" (PA, p.157), en ese sentido el pensamiento es una actividad criterial, es decir, puede juzgarse por "referencia a normas o criterios"; además, mientras nuestras sensaciones se definen por cierta intimidad puede, en cambio, hablarse "de la publicidad de los pensamientos". Así, distintas personas en la misma situación pueden, por ejemplo, sentir frío, aunque "la sensación de cada persona es sólo suya"; pero si todas están pensando que el termómetro marca 22° Fahrenheit "todas están pensando el mismo pensamiento: este pensamiento es público para todas ellas" (PA, pp. 157-158). Creo que esta caracterización se relaciona con las afirmaciones de *The Idea of History* acerca de que lo que es objeto de la historia es el pensamiento es su mediación, es decir, tal como "puede desarrollarse en la mente de Platón, en la mía o en la de cualquier otro" (IH, p.301). En contraste, la sensación /feeling/ carece de tal mediación en tanto es entendida como "el nivel psíquico de la experiencia" (PA, p.164). Aquí Collingwood introduce una aclaración que puede resultar relevante; en este nivel puede haber pensamiento cuando nos damos cuenta "por un acto de atención, de ciertas sensaciones que en ese momento tenemos; y llegamos a pensar en ellas como manteniendo ciertas relaciones con otras sensaciones, recordadas como pasadas o imaginadas como posibles" (PA, p.165). También hay una segunda forma de pensamiento "en la que no pensamos sobre nuestras sensaciones, detectando relaciones entre una y otra, sino sobre nuestros pensamientos" (PA, p.166), en este segundo orden pueden establecerse ciertas "leyes del pensamiento" que "no son leyes de un misterioso mundo transcendente" sino que se refieren a "la experiencia intelectual de pensar de cierto modo y encontrar que nuestros pensamientos se conectan en un cierto tipo de orden" (PA, p.167).

‘Razão’, como o nome de uma função mental ou forma de consciência, o pensamento racional é pensar uma coisa, X, porque você pensa outra, Y, onde Y é sua ‘razão’ ou, como às vezes é dito, sua ‘base’ para pensar X. Como toda função mental, é pré-consciente até que o homem reflita sobre ela. Ele então se dá conta de pensar X porque pensa outra coisa, não sabe o quê; uma reflexão adicional identifica sua razão para pensar X como uma segunda proposição, Y, uma reflexão adicional o convence de que Y é sua *ratio cognoscendi* para X, e a *ratio essendi* de X, ou então que não é nenhuma das duas.<sup>40</sup> (COLLINGWOOD, 2015, p. 14.1 tradução nossa)

Ao buscar esclarecer essa forma de consciência ele utiliza dois termos da teoria do direito penal: *ratio cognoscendi*<sup>41</sup>, (razão de saber) e *ratio essendi*<sup>42</sup> (uma razão para existir). Ao analisar o trecho citado pode-se entender que "racional" não deve ser entendido como aquilo de que estamos sempre conscientes, e sim aquilo de que podemos tomar consciência por meio da reflexão. O objeto da história, portanto, não é o ato realizado na consciência de que está sendo realizado, como ele mesmo afirmou, porque "com base em tal interpretação seria presumivelmente autocontraditório dizer que em um determinado momento um agente tornou-se consciente (ou talvez 'totalmente' consciente) mais tarde, quando olhou para trás e viu o que havia feito" (Dray, 1960, p.159 *apud* BELVEDRESI, 1995, p.76)<sup>43</sup>.

O que foi exposto mostra-nos que o conceito de pensamento é um pouco confuso se somente os parágrafos de *A Ideia de História* forem considerados, e que o auxílio a outros textos é benéfico para esclarecer e responder a críticas referentes a tese de que a História consiste na descoberta do pensamento<sup>44</sup>, que é o lado interno do evento a ser explicado.

---

<sup>40</sup> Texto no idioma original: REASON' as the name of a mental function or form of consciousness, rational thinking, is thinking one thing, x, because you think thing. y. where y is your 'reason' or, as it is sometimes called, your 'ground for thinking x. Like every mental function, this is preconscious until a man reflects on it. He then becomes aware of thinking x because he thinks something else, he knows not what; further reflection identifies his reason for thinking x as a second proposition. y. still further reflection convinces him either that y is his ratio cognoscendi for x, and x's ratio essendi, or else that it is neither.

<sup>41</sup> Termo que se refere a "teoria da indiciabilidade". É uma teoria do Direito Penal, na qual, se há fato típico, ou seja, uma conduta que pode ser considerado crime, presume-se que ele é ilícito. Portanto, o próprio fato típico é o indício da ilicitude do caso.

<sup>42</sup> É o conceito de tipo total do injusto, levando a ilicitude para o campo da tipicidade. Isto é, a ilicitude é a essência da tipicidade, numa absoluta relação de dependência entre esses elementos do delito.

<sup>43</sup> Texto no idioma original: "en base a una interpretación semejante sería presumiblemente autocontradictorio decir que en un cierto momento un agente se volvió consciente (o quizá 'completamente' consciente) luego, cuando volvió la mirada sobre lo que había hecho".

<sup>44</sup> Sobre sua particularidade: “A particularidade do pensamento, então, consiste em não ser mera consciência, mas autoconsciência. O eu, meramente consciente, é uma corrente da consciência, uma sucessão de sensações e sentimentos imediatos; mas, sendo meramente consciente, não se apercebe de si mesmo como sendo uma tal corrente: ignora a sua continuidade através da sucessão de experiências. O acto de ganhar consciência desta continuidade é aquilo a que se chama pensamento.” (COLLINGWOOD, 1972, p. 370)

A teoria de Collingwood não se relaciona com as ciências sociais, em termos que se referem apenas a indivíduos, nem a redução de fenômenos complexos à soma de ações individuais, o que envolve é que a explicação dos eventos históricos leve em consideração os significados subjetivos que os agentes atribuem aos seu comportamento. Essa teoria, portanto, enfatiza o fato de que são os indivíduos que fazem a história, isso não significa negar a influência das chamadas “condições objetivas”, porém, sua importância como condições de possibilidades para que certos eventos históricos aconteçam está na forma como os agentes os concebem. Ainda acerca de pensar historicamente:

O pensamento histórico também é reflexão, pois reflectir é pensar acerca do acto de pensar\_ e já vimos que todo o pensamento histórico é dessa espécie. Mas que espécie de pensamento pode ser objecto dele? É possível estudar a história daquilo a que há pouco chamamos pensamento inconsciente ou então é preciso que o pensamento estudado pela história seja pensamento consciente e reflexivo? Isto equivale a perguntar se pode haver uma história de memória ou da percepção. É claro que não pode. Uma pessoa que se sentasse a escrever a história da memória ou a história da percepção não encontraria nada para escrever. [...] Portanto, para que qualquer acto mental, em particular, se torne assunto para a história, é preciso que seja não só um acto de pensamento, mas também um acto de pensamento reflexivo, isto é, um acto executado com a consciência de que está a ser executado, sendo essa consciência que faz dele o que é. O esforço para atingir tal fim tem de ser mais do que um esforço meramente consciente. Não tem de ser o esforço cego para fazer sabe-se lá o quê, como o esforço que se faz para recordar um nome esquecido ou para perceber um objecto confuso; tem de ser um esforço reflexivo, o esforço de fazer alguma coisa, da qual temos um conceito, antes de fazê-la. A actividade reflexa é aquela, em que nós sabemos o que tentamos fazer, de modo que, quando está executada, sabemos que está executada, ao verificarmos que condiz com o modelo ou o critério, que foi o nosso conceito inicial. É, portanto, um acto que somos capazes de praticar, ao sabermos como deve ser praticado. (COLLINGWOOD, 1972, p. 371-372)

O autor busca explicar que as únicas ações que servem como assunto para uma investigação histórica são aquelas que são refletidas, ou seja, é um esforço para além da consciência. Ele quer dizer, que a pessoa precisa estar apta a julgar sua intenção, portanto essa ação precisa ser intencional<sup>45</sup>, e ao passo que é feito intencionalmente é um assunto para a história. Alguns exemplos que ele discorre no capítulo *O assunto da História* (COLLINGWOOD, 1972, p. 373) são: política, guerra, economia e ação moral. Todas essas atividades tem um plano de ação antes de execução, isto é o que se supõe como

---

<sup>45</sup> Ora, pode julgar-se que toda acção intencional tem de ser acção prática, por haver nela dois estádios: primeiro concebendo a intenção, que é uma actividade teórica ou um acto de puro pensamento, e depois executando-a, ou seja, passando a uma actividade prática, subsequente à teórica. (COLLINGWOOD, 1972, p. 375)

óbvio, mas se por acaso não haver esse plano intencional, então não tem história, pois segundo Collingwood (1972, p. 374): “se forem intencionais, mas não conseguimos descortinar a intenção, então não podemos, pelo menos, reconstituir a sua história”.

Toda investigação histórica parte de um problema e sua intenção é resolvê-lo, e o plano traçado para essa descoberta é planejado antecipadamente. O historiador procede dessa maneira para chegar a resultados que podem ser julgados por ele mesmo, porém, é necessário que existam provas e que ele saiba interpretá-las, em outras palavras, que ele saiba reconstituir esse pensamento que está estudando através delas. Seguindo esses critérios é possível ocorrer, enfim, a mediação.

## 2.2 Noção de pensamento mediado

Como justificativa para a ideia de que quando se repensa um pensamento se pensa o mesmo de quem está sendo investigado, Collingwood afirma que o pensamento é o que assegura a consciência e relevância para o conceito de *re-enactment*. Um ponto extremamente importante que nosso autor também afirma é o fato de o pensamento estar fora do tempo, “O pensamento em si não está envolvido no ritmo da consciência imediata; em algum sentido ele está fora desse fluxo” (COLLINGWOOD, 1972, p. 287), ou seja, o pensamento não perde sua essência por ocorrer mais de uma vez ao decorrer do tempo. Collingwood sabe que o ato de pensamento acontece em um determinado contexto, porém ele não se limita a esse contexto e é capaz de manter sua essência em vários momentos possíveis. Partindo dessa ideia ele defende:

Mas um ato de pensamento, para além de sua ocorrência factual, é capaz de manter sua identidade e sua capacidade de ser revivido ou repetido sem perder sua identidade. Até aqui, aqueles que se opõem aos idealistas tem razão quando defendem que o que pensamos não sofre alterações quando alternamos o contexto. Mas ele pode se repetir *in vácuo*, como um fantasma de uma experiência passada, ele deve ocorrer sempre em um contexto, e o novo contexto lhe é tão apropriado quanto o antigo. Portanto, o simples fato de que alguém tenha expressado seu pensamento por escrito, e aquilo que possuímos de sua obra, não nos permite compreender suas ideias. Para compreendê-lo, devemos ler aquelas palavras munidos de uma experiência similar para tornar aquele pensamento orgânico em relação á referida experiência. (COLLINGWOOD, 1972, p. 363)

O autor deixa claro nesse trecho que mesmo reconstruindo um pensamento em um contexto diferente, essa mudança não acarreta em perda de significado, portanto isso

leva a considerar o pensamento não só em seu aspecto imediato, mas conjuntamente em sua possível mediação. Como Collingwood mesmo afirma: “A argumentação, tal como pode ser desenvolvida quer no espírito de Platão quer no meu ou no de outra pessoa qualquer, é aquilo a que chamo de pensamento na sua mediação” (COLLINGWOOD, 1972, p. 364). E esclarecendo mais adiante, ele diz que se o ato mental do historiador for diferente do de Platão isso significa que os conhecimentos dele sobre a filosofia de Platão estão equivocados e que é necessário a filosofia de Platão ser repensada em seu espírito e pensar em outras coisas que ajude a melhor julgá-la.

Ao ser bastante questionado sobre como os dois pensamentos são os mesmos e sobre as diferenças, ele diz que: “na sua imediação, como experiências reais unidas organicamente ao corpo de experiência de que brotam, o pensamento de Platão e o meu são diferentes. Mas na sua mediação são o mesmo” (COLLINGWOOD, 1972, p. 364). Portanto, o que ele tenta esclarecer é que na mediação não é possível saber com precisão o que aconteceu, já que se refere ao contexto e realidade de Platão no dado momento histórico. Collingwood até comenta que não sabia quais eram as doutrinas filosóficas que Platão atacava e por isso não poderia expor a respeito, e também que a argumentação contra o conhecimento ser mera sensação no livro *Teeteto*<sup>46</sup> deveria ter surgido de uma discussão, e por esse motivo ele não poderia saber quem sustentava as teorias e quais eram os argumentos. Entretanto, se o historiador não somente ler a argumentação de Platão, mas também compreendê-la e acompanhá-la em sua mente ele estará passando pelo mesmo processo de argumentação de Platão, isso se estiver entendido de forma correta.

Pode-se compreender então que a mediação do pensamento é o que assegura a mesma identidade ao pensamento original e reconstruído.

[...] essa reconstrução não se dá no vazio, há o contexto do próprio historiador e isto confere ao mesmo pensamento diferença específica. Em outras palavras, minha reconstrução do pensamento de Platão, se realizo bem, é idêntica ao pensamento dele, mas o pensamento resultante é também diferente porque se dá em outras circunstâncias. O pensamento reconstruído ou revivido é, portanto, o mesmo e outro pensamento. Com esse ar de contradição, Collingwood se defende da falácia presentista. (PEREIRA, 2011, p. 135)

Na citação, Pereira ao esclarecer sobre o caráter de mediação na teoria de Collingwood, aponta que ao reconstruir o pensamento o historiador está em um dado

---

<sup>46</sup> Se trata de um diálogo platônico sobre a natureza do conhecimento escrito em 369 a.C.

contexto diferente do agente histórico e isso confere a esse pensamento uma diferença específica. Em suma, se o historiador compreendeu bem a argumentação de Platão e a reconstruiu, então o pensamento é igual, porém também é diferente, por existir outras circunstâncias. Deste modo, Pereira (2011) propõe um questionamento sobre essa aparente contradição na teoria de Collingwood: “Como algo idêntico a si é diferente ao mesmo tempo?”. Ele responde que a linguagem que Collingwood utiliza realmente pode ser entendida como uma contradição, porém ele ressalta:

[...] Se utilizarmos, mesmo parcimoniosamente, o princípio de que uma sentença, expressão ou até mesmo proposição não adquire significado apenas por ser logicamente bem construída, podemos extrair dessa ideia de Collingwood alguma contribuição para o estudo da Teoria da História. (PEREIRA, 2011, p. 136)

Partindo desse ponto de vista é interessante ressaltar a importância do conhecimento histórico de Collingwood para combater o ceticismo que descarta a possibilidade do pensamento ser entendido fora do seu contexto. Dessa forma, a teoria de Collingwood defende que o pensamento mesmo sendo único, pode manter a mesma identidade em um contexto diferente e que para compreender o pensamento de um agente histórico é necessário investigar o que o pensamento possui de mediação, e o conhecimento chamado por Collingwood de “orgânico” só fará sentido se além de reconstruir os argumentos de alguém o historiador também propuser uma crítica a esses argumentos. E aqui entra a questão da reconstrução crítica do historiador.

### 3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM COLLINGWOOD

Collingwood, ao falar sobre o processo de produção do conhecimento histórico cita a autonomia do historiador que pode ser notada logo no trabalho de seleção, isso quer dizer que o historiador não copia suas fontes, mas coloca aquilo que ele deduz ser necessário e deixa de fora o que não dá pra utilizar nesse mesmo trabalho, portanto ele seleciona suas fontes e seu pensamento tem autonomia. Sobre a interpretação histórica ele diz:

[...] As fontes do historiador falam-lhe desta ou daquela fase dum processo, cujos estádios intermédios ficam por descrever. É o historiador que procede a interpolação desses estádios. A imagem que ele dá o seu objecto - embora possa consistir, em parte, em afirmações extraídas directamente das suas fontes - consiste também (crescentemente com cada aumento produzido na sua competência de historiador) em afirmações atingidas dedutivamente, a partir das que estão de acordo com os seus critérios, as suas regras metodológicas mil e seus cânones de importância. Nesta parte do seu trabalho, não depende nunca das suas fontes, no sentido de repetir o que elas lhe dizem; afirma-se na sua capacidade pessoal, constituindo-se a si próprio fonte de si mesmo, enquanto as chamadas fontes deixam de ser fontes para serem apenas provas. (COLLINGWOOD 1972, p. 293)

Ele deixa claro acerca da autonomia que o historiador deve ter ao reconstituir o pensamento exposto nas afirmações de suas fontes, as quais não devem ser repetidas, mas usadas como prova. Ou seja, o processo de produção do conhecimento histórico em Collingwood é pautado em inferências, as quais tem caráter indutivo, como Pereira (2011, p.142) bem pontua: “Sendo assim, historiador, ao contrário do matemático não se vê compelido a aceitar uma conclusão em um raciocínio em seu domínio de pesquisa, mas se ver autorizado a chegar a uma determinada conclusão”.

O historiador precisa ir além daquilo que as fontes lhe dizem por meio da reconstrução, alternando das afirmações das fontes com outras afirmações deduzidas através delas. Porém, esse processo de investigação tem um limite que se chama evidências, que devem ser respeitadas, pois caso haja um afastamento, o caráter científico da investigação estaria sendo ameaçado. As evidências podem ser entendidas como as relíquias, que são os rastros deixados pelo passado. Portanto, ao passo que o historiador investiga esses rastros, interpretando-os, estará reconstruindo o passado através do processo imaginativo.

Collingwood defende a História como ciência quando afirma que o historiador não é autorizado mostrar qualquer conhecimento sem antes dar a garantia com bases nas

inferências. Portanto, o conhecimento histórico só é possível através da investigação com apoio nas evidências: “O conhecimento em virtude do qual um homem se torna um historiador é um conhecimento para o qual as evidências estão a sua disposição como provas para alguns eventos” (COLLINGWOOD, 1972, p. 315).

Após entender essas duas características de grande importância da teoria Collingwoodiana, que se resumem na afirmação da História como ciência e na organização do conhecimento em raciocínios indutivos através da investigação fundamentada em evidências, é interessante comentar sobre a suposta mudança a respeito do objeto que Collingwood afirma como o mais eficaz para a investigação, assim podemos apurar de Pereira:

Ora, uma vez sendo a reconstrução do pensamento das personagens históricas o principal objetivo do historiador, qual o papel de uma evidência histórica que prova algum aspecto de um evento histórico? Podemos resgatar Collingwood desta aparente contradição se lembrarmos que para ele o que está em questão em uma investigação histórica é ação humana e, como tal, é composta de dois elementos, um exterior, as características físicas, e um interior, o pensamento. Devemos lembrar também que Collingwood escreve não apenas como historiador e como filósofo, mas como arqueólogo, como um cientista que parte de vestígios físicos para chegar as razões, aos pensamentos. (PEREIRA, 2011, p. 143)

A partir desse trecho pode-se entender que não é uma contradição de Collingwood considerar não somente o pensamento, mas também as provas, sendo que o mesmo considera a história como investigação do interior e exterior de um evento, já que a ação humana está ligada a esses dois elementos, e um outro fator bastante importante para entender sua posição é a arqueologia. Com base em sua experiência nas escavações que demandam de uma investigação cautelosa que tem início com os vestígios físicos do passado, ele pode afirmar que é durante todo esse processo que o historiador é capaz de reconstruir o pensamento e conhecer o passado.

### 3.1 A lógica de pergunta e resposta

O trabalho de Collingwood como arqueólogo fez com que ele percebesse a importância da atividade de questionar para assim conhecer. Em *An Autobiography*<sup>47</sup>,

---

<sup>47</sup> Oxford: Oxford University Press, 1939.

especificamente no capítulo quinto, intitulado *Question and Answer*,<sup>48</sup> ele disserta acerca do ato de perguntar:

Eu comecei por observar que você não pode descobrir o que um homem quer dizer simplesmente estudando seus enunciados falados ou escritos, mesmo que ele tenha falado ou escrito com domínio perfeito da língua e com intenção perfeitamente verdadeira. A fim de descobrir seu significado você também deve saber qual era a pergunta (uma pergunta em sua própria mente e presumida por ele estar nas vossas) para que a coisa que ele tenha dito ou escrito seja concebida como uma resposta. (Collingwood 1939, p. 31 *apud* PICOLI; BRITO, 2018, p. 237)

Nesse sentido, a intenção do autor é apontar a relação direta entre pergunta e resposta, e ele fala complementando seu pensamento, que uma proposição não pode ser uma resposta correta se fosse direcionada a uma pergunta que teria outro modo de respondê-la. Porém, se for uma proposição bem detalhada e particular é a resposta para uma pergunta altamente detalhada da mesma forma, portanto não seria possível obter uma resposta correta se, ao contrário, fosse uma questão vaga ou generalizada.

Como é típico de sua escrita ser bastante detalhada para que o leitor possa entender, Collingwood dá um exemplo de uma provável situação em que seu carro apresenta problemas, e então resolve ele mesmo procurar o motivo. Depois de um certo tempo averiguando algumas peças, ele começara a pensar: “‘o cabo número um está perfeitamente correto’ não é uma resposta para a pergunta, ‘porque meu carro não funciona? mas para a questão, ‘é porque o cabo número um não está produzindo faíscas que meu carro não funciona?’” (Collingwood 1939, p. 31 *apud* PICOLI; BRITO, 2018, p. 237). Com isso, ele percebe que cada experimento que ele fez tentando encontrar o problema é uma constatação de uma resposta que serve para uma pergunta detalhada.

Como o autor sempre pontuou a diferença da pesquisa histórica para a pesquisa de domínio físico, ele apresenta esse método de pergunta e resposta que possibilita ao trabalho do historiador um caráter dinâmico e investigativo, ou seja, o seu trabalho investigativo não vai ser pautado em sentenças antigas de pesquisadores, mas sim através de suas interrogações, que abrem mais oportunidades para novas questões sobre os eventos históricos.

Collingwood começou sua formação como professor de filosofia nos moldes dos realistas, mas acabou se tornando um crítico deles depois de ficar insatisfeito com a forma

---

<sup>48</sup> Este capítulo é de grande importância para os estudiosos da filosofia hermenêutica de Gadamer, uma vez que este desenvolveu sua lógica de pergunta e resposta parcialmente procedendo desse escrito de Collingwood.

com que analisavam o conhecimento, já que eles não enxergavam a importância de elaborar perguntas e de buscar por respostas. Depois disso que Collingwood começa a evidenciar a importância de questionar. Para ele “a arqueologia e a história tornavam clara e distinta a necessidade de se estudar o trabalho da mente que conhece de acordo com o trabalho de indagação” (PEREIRA, 2006, p. 57). Por esse motivo, através de sua experiência como arqueólogo, ele defende esse método como o mais eficaz para investigar e reconstruir o passado.

Collingwood afirmou corretamente que uma hipótese é sempre uma tentativa de resposta a uma pergunta, e que a formulação de uma pergunta é realmente o primeiro passo no caminho de uma teoria. A história da ciência conhece dezenas de instâncias em que um pesquisador estava de posse de todos os fatos importantes para uma nova teoria, mas simplesmente deixou de colocar a pergunta correta. (MAYR, 1998, p.46 *apud* PEREIRA, 2006, p.57)

O filósofo da biologia Ernst Mayr, no trecho citado, expõe seu apoio ao método de Collingwood, ressaltando o quanto a investigação usando perguntas e respostas é importante na descoberta de teorias, e Collingwood diz que o historiador científico lê os autores interrogando-os mentalmente e decidindo o que procura descobrir neles e tudo que acontece depois disso, na argumentação do historiador, depende da formulação da pergunta inicial. “A pergunta é a carga de gás, explodido na cabeça do cilindro, que é a força motriz dos movimentos do êmbolo” (COLLINGWOOD, 1972, p. 333).

Collingwood prescreve que o historiador ao analisar processos cognitivos não deve tomar como base proposições isoladas, pois a estratégia interpretativa deve partir de questionamentos e não de uma avaliação linguística como os lógicos fazem, analisando o conhecimento a partir de sentenças, as quais podem ser atribuídas valores de verdade ou de falsidade<sup>49</sup>.

Um exemplo da persistência de Collingwood sobre a importância de uma leitura investigativa, encontra-se em *An autobiography*, quando disserta acerca da sua atuação no campo da arqueologia e a decorrência da mesma, ele reconhece que a arqueologia, ao extrair noções de objetos presumivelmente mudos, propõe uma lição a qualquer tipo de História. Ele diz que:

O princípio não se aplica somente à Arqueologia, mas a todo tipo de História. Quando fontes escritas são utilizadas, implica que qualquer ação atribuída ao personagem pelas fontes deve ser compreendida da mesma maneira. Júlio César, dizem, invadiu a Bretanha por dois anos consecutivos. Por que o fez? A

---

<sup>49</sup> Alguns comentadores de Collingwood dizem que as suas críticas ao realismo e a defesa da análise na atividade de interrogação é o ponto central para a estrutura de seu trabalho em filosofia da história, como também na definição do que é trabalho filosófico.

pergunta raramente é feita pelos historiadores; e não me lembro de ninguém que tenha tentado responder cientificamente, isto é, por meio de evidências. Não há, obviamente, nenhuma evidência a ser tomada, exceto a narrativa do próprio Julio César. Neste texto, ele jamais explica o que quis fazer invadindo a Britânia. Assim, seu silêncio constitui nossa melhor evidência para a descoberta de suas razões. Seja lá o que tenha ocorrido, resolveu ocultar sua verdadeira intenção de seus leitores. A luz de seus Comentários, a explicação mais provável para essa omissão é a de que qualquer que tenha sido seu propósito, não foi alcançado. (Collingwood, 1978, p. 131 *apud* PEREIRA, 2011, p.88)

Pode-se compreender, portanto, que a retomada do significado da fonte escrita, é uma tarefa inerente a história. Segundo Pereira (2011, p. 88), quando se busca o significado de algum texto, fenômeno social ou objeto arqueológico, objetivando a descoberta das perguntas autorais, aplica então um procedimento que não pode dispensar os métodos históricos. “É neste ponto que a autobiografia collingwoodiana antecipa a principal tese de *An Essay on Metaphysics*, a tese de que a Metafísica somente faz sentido como uma subárea histórica” (PEREIRA, 2011, p. 88).

Partindo então para a apresentação do conceito de pressuposições absolutas, o que entra em jogo é a metafísica como uma busca pelo ser puro<sup>50</sup>, pois Collingwood instaura uma ruptura com a concepção tradicional, relativo à natureza epistemológica da metafísica. Entretanto, não iremos nos aprofundar nessa discussão, visto que o principal objetivo no próximo tópico é a continuidade acerca da relação história e filosofia, onde os pressupostos, segundo a perspectiva do nosso autor, expõem um horizonte metodológico que ressalta a relevância na investigação histórica.

### 3.2 Os pressupostos absolutos

---

<sup>50</sup> Em *An Essay on Metaphysics* contém uma de suas teses mais polêmicas, que é sobre a Metafísica. Pois em sua perspectiva, ao passo que é considerada uma temática filosoficamente relevante, ela só possui significado quando investigada historicamente. “Afasta-se, assim, o antigo objetivo que desde Aristóteles norteou esse domínio de inquietação filosófica, qual seja, o da busca pela compreensão do ser puro. O que Collingwood pretende em *An Essay* é uma revisão sobre o conceito de Metafísica, quais são seus objetivos e quais são os métodos mais adequados para a resolução de seus problemas. Segundo a argumentação de Collingwood, a Metafísica é a ciência criada por Aristóteles. Falar sobre essa ciência com sensatez significa necessariamente retomar o pensamento de Aristóteles. Contudo, a retomada proposta por Collingwood resulta em seu projeto de reforma para a disciplina. Uma reformulação, na verdade, tanto em seus métodos quanto em seus objetivos cognitivos. Em poucas palavras, os métodos devem ser historiográficos e o objetivo deixa de ser ontológico. Para compreendermos essa reviravolta epistemológica, devemos partir da reconstrução do pensamento de Aristóteles, segundo Collingwood” (PEREIRA, 2011, p. 103). Para uma compreensão mais aprofundada do assunto, sugiro a leitura do capítulo 5, chamado *Metafísica e História*, da tese de Gustavo Freitas Pereira: *A teoria da História de R. G. Collingwood: Formação, recepção e principais argumentos*.

O avanço que Collingwood obteve em relação a lógica de pergunta e resposta foi a formulação dos conceitos de pressuposições absolutas, que nada mais são que uma base para as perguntas. E ele apresenta a análise filosófica como fundamento para desvendar esses pressupostos de pensamento. Como disserta D'Oro:

A tarefa da filosofia, afirma Collingwood em *An Essay on Metaphysics*, não é afirmar proposições em respostas a perguntas, mas descobrir pressuposições. A filosofia, portanto, não se preocupa com proposições, mas com pressuposições. Proposições são respostas a perguntas. Por exemplo, a proposição "Isto é um varal" responde à pergunta "Para que serve isso?" (EM 1998, p. 24). As pressuposições, por outro lado, dão origem a questões. Quando alguém pergunta: "Para que serve isso?" deve-se pressupor "que é para alguma coisa" (EM 1998, p. 26). Sem quaisquer pressupostos, a questão não surgiria. (D'ORO, 2020, p. 15)

As proposições e pressuposições são diferentes no aspecto de valores de verdade. Enquanto a proposição se trata de uma sentença declarativa, cujo conteúdo pode ser julgado verdadeiro ou falso, a pressuposição se trata de ideias apresentadas como indiscutíveis, elas carecem de valores de verdade, mas não são nem verdadeiras nem falsas, pois seu papel já é cumprido ao suscitar perguntas.

Nosso autor, em seu *An Essay*, buscou resgatar a pertinência da metafísica enquanto problema filosófico crucial, tentando aproximá-la da história, pois pensar historicamente, para Collingwood, significa perguntar e responder, e essas perguntas precisam surgir e apresentar uma lógica plausível, e as respostas devem seguir essa lógica se baseando nas evidências. Acerca dessa questão Pereira expõe:

A esta altura perguntamos: qual é o caráter histórico da Metafísica? Respondendo: todas as perguntas sobre o que é ou foi pensado são perguntas históricas. A pergunta "o que é ou foi pressuposto pelas leis de Newton?", de maneira semelhante, seria uma pergunta histórica porque se refere ao processo de desenvolvimento do pensamento científico. Mais ainda, este tipo de questionamento ou de investigação estaria intimamente ligado à interpretação das evidências. (PEREIRA, 2010, p. 74)

Seguindo o método de Collingwood, os questionamentos próprios para uma investigação histórica são originários de pressupostos, e são eles que dão perspectiva a um entendimento do passado. Algumas declarações podem representar papéis diferentes, onde podem ser tanto respostas proposicionais a perguntas quanto pressupostos que suscitam questões. Para entender melhor, segundo a exemplificação de D'oro (2020, p. 13) um objeto, que serve para alguma coisa, pode ser um pressuposto que dá origem à pergunta: "para que serve essa coisa?", entretanto pode ser uma resposta a uma pergunta,

caso o enunciado tenha função de afirmar. Em suma, o importante a saber é que a análise filosófica de Collingwood está preocupada com um tipo especial de pressuposto, que é o que dá origem as perguntas.

*An Essay on Metaphysics* contém uma declaração geral da metafísica de Collingwood e sua visão de que a metafísica não é uma investigação ontológica do ser puro, mas uma investigação lógica que assume a forma de análise pressuposicional. Enquanto *An Essay on Metaphysics* explica, em termos mais gerais, o que é a análise pressuposicional, *The Idea of History* (1946) e *The Principles of History* (1999) procuram desvendar os pressupostos que governam a investigação histórica do passado. A filosofia da história de Collingwood faz a pergunta "quais são os pressupostos que governam a compreensão histórica do passado?" e "o que significa entender o passado historicamente?". A natureza da preocupação de Collingwood com o passado não é metafísica. Ele não está apresentando uma teoria sobre a natureza do tempo, se, por exemplo, está sempre presente ou é um bloco crescente. Tampouco é primordialmente uma preocupação epistemológica com a questão de como se adquire o conhecimento do passado, visto que ele não está disponível para observação, embora ele aborde algumas questões epistemológicas. A natureza de sua preocupação com a natureza do passado é antes de tudo uma preocupação conceitual com a pergunta "O que é o passado histórico? O que significa compreender o passado historicamente?". (D'ORO, 2020, p. 22)

De acordo com o autor citado, a preocupação de Collingwood com a natureza do passado é conceitual, ao passo que o passado histórico é entendido na perspectiva dos pressupostos que dão base a questões para o inquérito histórico, e que se distinguem da pesquisa da área das ciências naturais, pois essa outra se baseia nos pressupostos da uniformidade da natureza. Os historiadores se preocupam com o que é distinto, específico e característico em diferentes períodos de tempo e não com o que é invariável.

Não podemos deixar de mencionar aqui, que essa proposta de pressuposições absolutas, foi bastante atacada<sup>51</sup>. Os seus críticos afirmam que falta coerência, ou melhor, falta um critério racional. Segundo William Dray (1999, p. 140 *apud* PEREIRA 2010, p. 74) Collingwood estava consciente dessa provável inconsistência, mas mesmo assim não apresentou uma outra alternativa ou reformulação no seu argumento.

Diante das críticas não se pode deixar de evidenciar o seu esforço teórico, que pretendia oferecer um caminho alternativo diante de ideias que obedecem estritamente a lógica formal e a ciência empírica. E também destacar que sua reforma da metafísica está obtendo repercussão, apesar de prováveis problemas em sua elaboração. "A ideia de que o objetivo da história da ciência deve levar em conta, de antemão, um processo em que não somente os métodos são mutantes ao longo do tempo, mas também os próprios

---

<sup>51</sup> Seus principais críticos são: Karl Popper e Alfred Jules Ayer.

problemas, é uma ideia central para o ensaio metafísico de Collingwood” (PEREIRA, 2010, p. 75).

Tendo em vista a relevância de sua teoria para a pesquisa histórica, Collingwood tem sido bastante citado em trabalhos de historiadores conhecidos como: Quentin Skinner, John Pocock, John Dunn e Mark Bevir. Todos, de alguma forma, mostram a preocupação em recuperar as ideias de Collingwood como subsídio teórico, cada um considerando o que acha mais relevante dentro da noção dos pressupostos.

### 3.3 As evidências e o pensamento crítico

Dado que o conhecimento do passado é possível graças a interpretação das evidências, qualquer cético poderia levantar algumas contestações como: a interpretação das provas pode não estar correta ou não temos todas as provas essenciais, e o que se tem disponível nem sempre é claro o suficiente. Para Collingwood, essas indagações são insuficientes para pôr em xeque a validade do conhecimento histórico, porém, não se pode negar que chamem a atenção para seus limites assim que são apresentadas ao historiador durante a execução de seu trabalho.

Quando alguém empreende o estudo de alguma questão histórica difícil ainda não determinada e entra com oponentes bem treinados e honestos na concórdia da controvérsia erudita, há uma coisa que não pode deixar de observar. Esta é a existência do que poderia ser chamado de regras do jogo. Uma regra - a primeira - diz o seguinte: Você não deve afirmar nada, mesmo que seja verdade, para o qual você não pode apresentar provas. O jogo não será ganho pelo jogador que conseguir reconstruir o que realmente aconteceu, mas pelo jogador que conseguir mostrar que a sua ideia do que aconteceu é a única que suporta a evidência disponível a todos os jogadores, quando criticados ao extremo. E um pouco depois acrescenta: "todo historiador realmente envolvido em tal trabalho reconhece de boa vontade o caráter limitado de suas fontes, e sabe muito bem que não está mais entre suas faculdades aumentá-las, da mesma forma que um jogador de xadrez não pode inventar um terceiro bispo". (COLLINGWOOD, 1928, *apud* BELVEDRESI, 1997, p. 202, tradução nossa)<sup>52</sup>

<sup>52</sup>Texto no idioma original: “Cuando empreende uno el estudio de alguna cuestión histórica difícil todavía no determinada, y entra con oponentes bien adiestrados y honestos en la concordia discors de la controversia culta, hay una cosa que uno puede dejar de observar. Esta es la existencia de lo que podría denominar reglas del juego. Una regla - la primera - reza así: Nada debes afirmar, aunque sea cierto, para lo cual no puedas producir evidencia. El juego no lo ganará el jugador que pueda reconstruir lo que realmente sucedió, sino el jugador que pueda mostrar que su idea de lo que sucedió es la única que fundamenta la prueba disponible para todos los jugadores, cuando se crítica hasta sus últimos extremos". Y un poco más adelante agrega, "todo historiador realmente involucrado en tal labor reconoce de buen grado el carácter limitado de sus fuentes, y sabe muy bien que ya no cuenta entre sus facultades el aumentar las, de la misma forma que un ajedrecista no puede inventarse un tercer alfil."

No trecho do nosso autor<sup>53</sup> no artigo de Rosa Belvedresi, *Collingwood y el constructivismo histórico*, ele faz uma analogia entre o trabalho do historiador e jogadores de xadrez, onde o mais eficaz é mostrar uma ideia que seja capaz de compactuar com as provas disponíveis, deve se levar em consideração a limitação de suas fontes, e não seria correto acrescentar onde não é cabível, e ele conclui dizendo que no xadrez não se pode inventar um bispo a mais.

Portanto, as implicações do compromisso reconstrutor são claras, para o historiador que usa desse método, a expressão “passado real” é incompreensível, pois o único passado é aquele que é construído a partir das provas. Collingwood (COLLINGWOOD, 1928, *apud* BELVEDRESI, 1997, p. 202) diz que “imaginar” é o único termo para “apreender” um objeto que é inexistente. O historiador faz o possível para obter a verdade e evitar o erro.

Deste modo, a imagem que o historiador elabora acerca do passado é um produto da sua imaginação a priori, tendo de justificar as fontes usadas na sua construção estas fontes só merecem crédito, na medida em que são assim justificadas. Isto porque qualquer fonte pode estar contaminada: este escritor deixou-se dominar por preconceitos, aquele deu informações erradas; esta inscrição foi lida erradamente por uma epigrafista, aquela foi mal escrita por um canteiro descuidado; este fragmento de louça de barro foi colocado fora do seu contexto por um escavador incompetente, aquele por um coelho irresponsável. O historiador crítico tem de descobrir e corrigir todas estas e muitas outras espécies de falsificação. Fá-lo \_ E só o pode fazer \_ verificando se o quadro do passado para que a evidência o conduz constituem um quadro coerente e contínuo, dotado de sentido. A imaginação a priori, que executa o trabalho de construção histórica, fornece igualmente os meios necessários à crítica histórica. (COLLINGWOOD, 1972, p. 302)

Posto isso, nosso autor ao falar sobre a imaginação crítica deixa claro que existe um limite do conhecimento histórico, onde a história pode apenas nos dar esse passado de poucas fontes, as quais podem estar contaminadas. Portanto o historiador tem de usar da interpretação crítica da evidência, daquilo que se tem de evidências.

O trabalho historiográfico começa nessa disponibilidade de objetos presentes que podem ser tomados como fontes. O historiador é a pessoa cujas perguntas sobre o passado considera a prova presente como a resposta, seguindo a lógica, se o historiador não tiver uma pergunta em mente, ele não poderá identificar nenhuma prova.

Para Collingwood, a reconstituição histórica está sempre associada à defesa da autonomia do que ele considera “história científica”, e essa autonomia existe em relação

---

<sup>53</sup> Cf. COLLINGWOOD, Robin George. *The limits of historical knowledge*. Philosophy, v. 3, n. 10, p. 213-222, 1928.

as outras ciências, visto que é o historiador quem determina os critérios para julgar os relatos históricos, rigorosos critérios que, como foi possível perceber, constituem o método histórico, pois os dados do historiador são o que resulta de seu trabalho interrogativo e nunca o que os textos escritos estritamente lhe dizem. Disso Belvedresi (1997, p. 204) vai dizer que é isso que “constituem o material básico das formas pré-científicas da história: a tesoura e a pasta, e a história crítica.

O capítulo *A Imaginação Histórica*, na obra *A ideia de História* é bem claro a esse respeito, também é interessante porque define a faculdade da imaginação por meio de *a priori*, que é em primeiro lugar, do esforço imaginativo do historiador, onde não são formulados dados pré-fabricados, mas sim são alcançados através do pensamento crítico, pois "na história, assim como não há autoridades próprias, também não há dados próprios" (COLLINGWOOD, 1972, p. 301).

Ao falar sobre a semelhança entre o historiador e o romancista, diz que ambos possuem o mesmo objetivo de construir um quadro, que é na verdade uma narração de eventos, descrevendo situações e analisando personagens. Querem fazer desse quadro algo coerente, onde cada personagem em cada evento esteja interligado a situação descrita. Ambos têm que fazer sentido, pois precisam ter uma autojustificação conduzida pela própria imaginação.

Como obras da imaginação, o trabalho do historiador e o do romancista não diferem. Só divergem neste ponto: o quadro do historiador deve ter veracidade. O romancista só tem uma tarefa: construir um quadro coerente, dotado de sentido. O historiador tem uma dupla tarefa: tem que fazer isto e tem de construir também o quadro das coisas, tal como elas eram realmente, e dos acontecimentos, tal como eles ocorreram realmente. Esta outra necessidade obriga-o a obedecer a três regras de método das quais está livre o romancista ou o artista, em geral. Em primeiro lugar, o seu quadro tem de estar situado no espaço e no tempo. O do artista não precisa disso; no essencial, as coisas que imagina são imaginadas como correndo em nenhum lugar e em nenhum momento. [...] Em segundo lugar, toda a história deve ser coerente em relação a si mesma. Os mundos puramente imaginários não podem colidir e não é preciso que se harmonizem; cada um deles é um mundo para si próprio. Há, porém, um só mundo histórico; nele, tudo tem de estar em relação com tudo o mais, mesmo se essa relação é apenas topográfica e cronológica. Em terceiro lugar, e é o mais importante, o quadro do historiador está relacionado especialmente com aquilo a que se chama provas. A única maneira de um historiador ou qualquer outra pessoa poder ajuizar \_ mesmo experimentalmente \_ da verdade desse quadro é tomando em consideração esta relação. E, na prática, o que nós entendemos por saber se uma afirmação histórica é verdadeira é saber se pode ser confirmada, recorrendo as provas, pois uma verdade que não possa ser confirmada deste modo não possui qualquer interesse para o historiador. (COLLINGWOOD 1972, p. 303)

A imaginação histórica não é a mesma imaginação do romancista, visto que a narrativa histórica deve obedecer aos requisitos já indicados: ela deve dar conta da evidência histórica disponível, ou seja, a evidência histórica aceita como tal seguindo os princípios interpretativos do método histórico. A construção da imagem do passado não é, então, arbitrária, na medida em que é discutida e controlada intersubjetivamente.

Como é de praxe, nosso autor compara a História e as Ciências exatas, ao que se refere a distinção referente ao ponto de partida e a conclusão em uma pesquisa. Onde a física (citando como análogo) começa com o levantamento de hipóteses e suas conclusões são imutáveis, ou seja, não se trata de uma situação única no espaço e no tempo. Já a história, inicia com fatos que se apresentam ao historiador, “por exemplo: na frente do historiador, está impresso aquilo que passa por ser um documento, pelo qual um certo rei concede certas terras a um certo mosteiro” (COLLINGWOOD, 1972, p. 309). E suas conclusões são sobre eventos que contém lugar e data, sendo um acontecimento único e diferente, em termos de ação e pensamento. Desse modo, a história é uma ciência do tipo “especial”, que estuda acontecimentos não acessíveis a observação, entretanto o historiador reflete com base em inferências, argumentando entre as evidências que estão acessíveis.

Como Collingwood argumenta, a evidência não fala por si só, é cabível ao historiador animá-la, utilizando as perguntas. São elas as responsáveis pelo progresso investigativo. E nesse sentido, retornamos a sua lógica de perguntas e respostas. Pois uma vez defendida a liberdade para o questionamento, o caráter científico da História é reforçado. Para nosso autor, onde o ceticismo vê o limite invencível para o conhecimento histórico, especificamente, a ausência de fontes sobre algum problema, a História deve reconhecer um terreno fecundo para seu trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa nos comprometemos esboçar o desenvolvimento das ideias de Collingwood sobre o conhecimento histórico. De acordo com Collingwood, a análise estritamente formal e com base apenas nas ciências exatas deixava de lado processos essencialmente humanísticos, próprio ao conhecimento histórico. Sua Teoria da História possui basicamente três pontos fundamentais: a lógica de pergunta e resposta, as pressuposições absolutas e o conceito de *re-enactment*. E ressaltamos que em sua abordagem buscou na reflexão sobre o conhecimento histórico uma solução para a cegueira epistemológica dos positivistas.

Em nosso trabalho buscamos compreender suas ideias recorrendo a seus textos, principalmente *A ideia de História*, e também de alguns comentadores que dissertaram sobre seu pensamento. Como vimos, sua principal ideia é o conceito de reconstrução, que tem como objeto o pensamento, e o objetivo último do historiador que age de maneira autônoma e criativa é reconstruir o pensamento dos agentes passados usando a noção de pensamento mediado. Com este conceito ele pretende elucidar o objeto de estudo próprio da História.

Acerca da lógica de perguntas e resposta, pudemos perceber que ela está diretamente ligada as pressuposições. Pois o objetivo do historiador, ao interpretar complexos de perguntas e respostas, é chegar às intercalações de pressupostos que estimulam um determinado sistema cognitivo. Apesar dos ataques a essa ideia, com relação a perda do valor de verdade em sua teoria, nosso autor não deixou de servir de inspiração como fonte de estudo nessa área. Sendo interessante destacar a importância de análise nos princípios metodológicos de suas ideias, pois suas contribuições surgiram através de sua atividade como arqueólogo, de problemas práticos, e ousamos dizer que ele não almejava criar uma metodologia histórica perfeita<sup>54</sup>. Seus argumentos carregam problemas assim como vários outros pensadores. Mas é a partir do entendimento de suas ideias que podemos avançar para uma posição justificada.

---

<sup>54</sup> Collingwood pontua: “O historiador, ainda que trabalhe muito tempo e com rigor, não pode nunca dizer que o seu trabalho - mesmo sob a forma de simples esboço, ou neste ou naquele mínimo pormenor - é definitivo. Não pode nunca dizer que o seu quadro do passado se adequa, em qualquer ponto, à sua ideia daquilo que ele devia ter sido. Todavia, ainda que os resultados do seu trabalho possam ser fragmentários e defeituosos, a ideia que regeu o curso desse trabalho é clara, racional e universal. É a ideia de imaginação histórica, como forma de pensamento autônoma, autodeterminada e autojustificada.” (COLLINGWOOD, 1972, p. 306)

Podemos nos questionar o porquê, apesar de tantas críticas, a teoria de Collingwood continua sendo objeto de interesse para a comunidade científica, Pereira nos responde:

Em primeiro lugar, porque Collingwood possui aquilo que Nietzsche tanto admirou em Heráclito, Parmênides e Anaximandro, pré-socráticos; Collingwood possui a coragem filosófica de questionar e o faz com elegância acessível. Sua linguagem alcança a especialistas e instiga não especialistas. Seu estilo é um convite às questões de ordem epistemológicas que a História abriga. (PEREIRA, 2011, p. 166)

Como fica evidente, a teoria de nosso autor instiga a investigação histórica e busca a aproximação com a filosofia, como também tentamos apresentar na presente pesquisa, em sua perspectiva essa relação é crucial para solucionar o problema com o ceticismo.

Em síntese, o que fizemos foi mostrar a relevância da ideia de Collingwood para a atualidade, onde a tecnologia avança a passos largos e o valor da escrita vem perdendo seu valor. A perspectiva de Collingwood mantém seu caráter de solução, em acreditar ser possível reconstruir o passado. Podemos até afirmar que a maior de suas contribuições foi apontar a possibilidade de conhecer historicamente as mentes dos agentes do passado e também do presente, já que segundo ele a história serve para o autoconhecimento humano.

E para evitar possíveis mal entendidos, é interessante levantarmos mais uma questão: Por que falamos aqui de reconstrução em vez de construção que parece mais ligada à invenção de uma ficção literária do que de uma imagem científica do passado? Como resposta, poderíamos dizer, pautados na teoria collingwoodiana, que o termo "reconstrução" parece que está devolvendo as partes de um todo à sua posição original. Mas ainda poderíamos levantar outra questão: Como julgar a precisão da reconstrução em relação a esse passado? E Collingwood (1972) nos responde dizendo que o único passado é aquele que emerge da interpretação imaginativa das evidências desses eventos e testemunhos dos personagens. Ou seja, as estruturas de significado que o historiador constrói são alicerçados nas perguntas e nos pressupostos, para então identificar e interpretar suas fontes.

Devemos esclarecer também que é antiquado considerar que a posição de Collingwood é simplesmente ficcional, ou melhor dizendo, que ele reduz a história a uma mera invenção. A sua noção de imaginação em sua tese de *re-enactment*, só se aplica a constituição do passado histórico, não se trata de uma criação, semelhante a literatura. O

contrário disso seria ignorar as suas várias tentativas de justificar a autonomia da história como uma forma autêntica de conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINGWOOD, Robin George. **A ideia de História**. Portugal: Editora Presença, 1972.

COLLINGWOOD, Robin George. **O mapa do conhecimento: *speculum mentis***. 1º Edição, CEDET Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico. São Paulo, 2020.

COLLINGWOOD, Robin George. **The principles of history: and other writings in philosophy of history**. Clarendon Press, 1999. Disponível em: <<https://vdoc.pub/download/the-principles-of-history-and-other-writings-in-philosophy-of-history-2ohbfmn28a5g>> Acesso em: 15 de jul. 2022

COLLINGWOOD, Robin George. **The New Leviathan**. Leia Livros Ltda, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=y3l-CgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=The+New+Leviathan+&ots=rh9jihXISV&sig=oEMf9ZM2trqf20liKX0kEXBRFdo#v=onepage&q=The%20New%20Leviathan&f=false>> acesso em: 28 de out. 2021.

COLLINGWOOD, R.G. Perguntas e Respostas. Traduzido por Adriano Picoli e Evandro de Oliveira Brito. **PERI – Revista de Filosofia**. v.10. n. 02, 2018. ISSN 2175-1811

COLLINGWOOD, Robin George. **História e Ciência são diferentes formas de conhecimento?** Contribuição para a sessão coletiva da Mind Association e da Aristotelian Society, realizada em Manchester, em 14 de julho de 1922. Artigo traduzido do original, publicado na mind Review, vol 31, de 1922. Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipucrs/FGV, 2010.

ARRAIS, Cristiano Alencar. A Filosofia da História de R.G. Collingwood: duas contribuições. **Dimensões: revista de história da UFES**. n. 24. Espírito Santo, Brasil, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2523>> Acesso em: 15 de jun. 2019

ARRAIS, Cristiano. **Robin George Collingwood**. Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipucrs/FGV, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v.1, n.2, 2010. (p.73-102)

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e formação do historiador**. Editora Vozes, 2017.

BELVEDRESI, Rosa. **Toda historia es la historia del pensamiento**. Universidad de Buenos Aires- CONICET, 1995

BELVEDRESI, Rosa E. **Collingwood y el constructivismo histórico**. Revista de Filosofía (Madrid, 1997), v. 10, n. 17, 1997.

DE LIMA, Edson Silva. A Relação História E Filosofia Em R. G. Collingwood. **Humanidades em Revista**, v. 3, n. 2, 2021.

DE MELLO, Ricardo Marques. O que é teoria da história? Três significados possíveis. **Revista História & Perspectivas**, v. 25, n. 46, 2012.

D'ORO, Giuseppina; CONELLY, James. Robin George Collingwood in **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/collingwood/>> acesso em: 20 de out. 2021.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Tradução e Prefácio de Vitor Matos e Sá. Lisboa [Portugal]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2008.

LOPES, H. A. A formação do campo filosófico e histórico no final do século XIX e a historiografia filosófica: Mind Review (1883-1922). 2015. 189 f. **Dissertação (Mestrado em História)** - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

PAIVA, João Carlos. Fátima e Ciência. **Brotéria: Cristianismo e cultura**, v. 184, n. 5, p. 706-720, 2017.

PEREIRA, Gustavo Freitas *et al.* **A filosofia da história de RG Collingwood: perguntar, responder, reconstruir**. 2006.

PEREIRA, Gustavo Freitas. A Teoria da História de R. G. Collingwood: formação, recepção e principais argumentos. 2011. **Tese (Doutorado em História Social)**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.8.2011.tde-05062013-094204.

PEREIRA, Gustavo Freitas. A Metafísica como subárea da História: a noção de pressuposições absolutas em RG Collingwood. **Controvérsia (UNISINOS)**. ISSN 1808-5253, v. 6, n. 3, p. 68-76, 2010.

REIS, José Carlos. A especificidade lógica da História. **Varia Historia**. n. 27. 2002. Disponível em: <[https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56344c2f8564c3834291/1462457908901/03\\_Reis%2C+Jose+Carlos+dos+Reis.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56344c2f8564c3834291/1462457908901/03_Reis%2C+Jose+Carlos+dos+Reis.pdf)> Acesso em; 12 de ago. 2022.

REIS, Carlos José. **História da "Consciência Histórica" Ocidental Contemporânea- Hegel, Nietzsche, Ricoeur**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SILVA, Leonardo de Jesus. **Historiografia inglesa em revista [manuscrito]: a English Historical Review e a história pensada no século XIX** / Leonardo de Jesus Silva. – 2013.